



Estratégia

CONCURSOS

Aula 09

Direito Constitucional p/ ABIN - Oficial de Inteligência (com videoaulas)

Professores: Ricardo Vale, Nádia Carolina

AULA 09: DIREITO CONSTITUCIONAL

SUMÁRIO	PÁGINA
1- Administração Pública	1 - 68
2- Lista de Questões e Gabarito	69 - 80

Administração Pública**1-Conceito de Administração Pública:**

No ordenamento jurídico brasileiro, vigora o **princípio da separação de poderes**. A Constituição Federal estabelece, logo em seu art. 2º, que são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Cada um desses Poderes possui **funções típicas** e **funções atípicas**.

A **função administrativa**, como já se sabe, **é típica do Poder Executivo**. Isso não quer dizer, todavia, que os Poderes Legislativo e Judiciário não exerçam a função administrativa. Eles a exercem sim. Quando o Poder Judiciário realiza uma licitação e celebra um contrato, ele está exercendo a função administrativa. Da mesma forma, fica claro o exercício dessa função quando o Poder Legislativo realiza um concurso público e nomeia novos servidores.

Levando-se isso em consideração, é possível concluir que, quando se fala em "Administração Pública", não estamos nos referindo apenas ao Poder Executivo, mas a todo o conjunto de órgãos e entidades governamentais, dos três Poderes.

A doutrina ensina que o termo "Administração Pública" pode assumir diferentes sentidos. É possível falar-se em "Administração Pública em sentido amplo" e "Administração Pública em sentido estrito". A **Administração Pública em sentido amplo** engloba, além dos órgãos e entidades que exercem função administrativa, os chamados **órgãos políticos** (que exercem função política). A **Administração Pública em sentido estrito**, por sua vez, engloba tão somente os órgãos e entidades que exercem função administrativa.

Para que não reste nenhuma dúvida, cabe apenas destacar a diferença entre função política e função administrativa. A **função política** é aquela que diz respeito à elaboração de políticas públicas e ao estabelecimento de diretrizes governamentais. A **função administrativa** está relacionada à execução dos serviços públicos e à implementação das políticas públicas.

Também pode-se falar em Administração Pública em sentido objetivo (material ou funcional) e em Administração Pública em sentido subjetivo (formal ou orgânico).

A **Administração Pública em sentido subjetivo** (formal ou orgânico) diz respeito aos **sujeitos** que são considerados pelo ordenamento jurídico como integrantes da Administração. Esse critério, adotado no Brasil, reconhece como integrantes da Administração Pública os **órgãos públicos** (que integram a chamada Administração direta) e as **entidades da Administração indireta** (autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas públicas). Trata-se de uma perspectiva formalista, que não leva em consideração a função desempenhada. Com efeito, há empresas públicas e sociedades de economia mista que exploram atividades econômicas e, portanto, não exercem função administrativa.

A **Administração Pública em sentido objetivo** (material ou funcional) diz respeito ao conjunto de **atividades** relacionadas à função administrativa do Estado. São consideradas atividades típicas da Administração Pública: o fomento (estímulo à iniciativa privada), a polícia administrativa (atividade de restrições aos direitos individuais), o serviço público (atividades destinadas a satisfazer as necessidades da coletividade) e a intervenção (regulação e fiscalização estatal sobre as atividades econômicas).

Por essa lógica, as sociedades de economia mista e as empresas públicas que exploram atividades econômicas não integrariam a Administração Pública.¹ Por outro lado, empresas privadas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, por exercerem função administrativa, seriam abarcadas pelo conceito de Administração Pública em sentido objetivo.

Em breve síntese, podemos destacar o seguinte:

- a) Administração Pública em sentido amplo:** abrange os órgãos que exercem função política e os órgãos e entidades que exercem funções administrativas.
- b) Administração Pública em sentido estrito:** abrange apenas os órgãos e entidades que exercem funções administrativas.
- c) Administração Pública em sentido subjetivo:** tem como foco os **sujeitos** que integram a Administração Pública. A pergunta que se deve responder: "quem são os sujeitos que integram a Administração Pública?".
- d) Administração Pública em sentido objetivo:** tem como foco as **atividades** relacionadas à função administrativa. A pergunta aqui é a seguinte: "qual função desempenhada?".

¹ Essa é a posição mais segura para concursos públicos. No entanto, há doutrinadores que consideram que quando o Estado atua diretamente no domínio econômico (por meio de empresas públicas e sociedades de economia mista) ele está exercendo função administrativa e, como tal, estaríamos diante de atividade de administração pública em sentido material.

2- Organização da Administração Pública:

O Estado exerce suas tarefas administrativas de duas formas diferentes: **i)** centralizadamente ou; **ii)** descentralizadamente. É disso, inclusive, que resultam as expressões "**Administração Direta**" e "**Administração Indireta**".

Quando o Estado atua **centralizadamente**, ele não delega competência a nenhuma outra entidade. Por exemplo, uma das competências administrativas da União é assegurar a defesa nacional (art. 21, III). A União não atribuiu essa competência a nenhuma outra pessoa; é ela mesma quem exerce essa competência, por meio do Ministério da Defesa. É um **órgão público** o responsável pela tarefa administrativa. Vale destacar que os órgãos públicos são entes despersonalizados: eles não possuem personalidade jurídica própria.

Os órgãos públicos compõem, então, a denominada **Administração Direta**. A Administração Direta pode ser conceituada como o **conjunto de órgãos que integram os entes políticos** (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e que têm a competência para exercer as tarefas administrativas do Estado, de forma centralizada.

Por outro lado, quando o Estado atua **descentralizadamente**, ele atribui a outra pessoa a competência para realizar determinada tarefa administrativa. Surgem, então, **entidades com personalidade jurídica própria**, responsáveis por executar atividades administrativas específicas. Essas entidades compõem o que denominamos **Administração Indireta**. Segundo a CF/88, a Administração indireta é composta pelas **autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista**. Vale destacar que essas entidades existem em todas as esferas federativas, ou seja, existe Administração Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Se estivéssemos estudando Direito Administrativo, iríamos nos aprofundar bastante nas explicações sobre cada uma dessas entidades da Administração indireta. No entanto, como esse é um curso de Direito Constitucional, vamos apenas apresentar rápidas ideias sobre cada uma dessas entidades.



1) Autarquias: é uma pessoa jurídica de **direito público** que exerce atividade típica da administração pública. Ex: INSS, IBAMA, BACEN, ANATEL, ANVISA. São **criadas por lei**.

2) Fundações Públicas: existem fundações públicas com personalidade jurídica de **direito público** (equiparadas às autarquias) e fundações públicas com personalidade jurídica de **direito privado**. As fundações públicas de direito público são também chamadas de fundações autárquicas e, por

serem equiparadas às autarquias, devem ser criadas por lei. Já as fundações públicas de direito privado têm sua criação **autorizada por lei**. Ex: FUNAI e FUNASA.

3) Empresas Públicas: são pessoas jurídicas de **direito privado** que, em regra, exploram atividades econômicas. Dizemos “em regra” porque existem empresas públicas que prestam serviços públicos. Nas empresas públicas, o capital social é 100% público. Ex: Caixa Econômica Federal (CEF) e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). A criação de empresas públicas é **autorizada** por lei.

4) Sociedades de economia mista: são pessoas jurídicas de **direito privado** que, em regra, exploram atividades econômicas. Também existem sociedades de economia mista que prestam serviços públicos. Diferem, em essência, das empresas públicas pelos seguintes motivos: **i)** são constituídas sob a forma de sociedade anônima (as empresas públicas podem assumir qualquer forma jurídica); **ii)** a maioria das ações é do Estado, mas não obrigatoriedade de que todo o capital social seja público. Ex: Banco do Brasil e PETROBRÁS. A criação de sociedades de economia mista é **autorizada** por lei.

É importante que você não confunda centralização / descentralização com **concentração / desconcentração**. A descentralização envolve, sempre, mais de uma pessoa jurídica. A **desconcentração**, ao contrário, é uma técnica administrativa de distribuição de competências dentro de uma **única pessoa jurídica**. Por exemplo, dentro da Receita Federal do Brasil (RFB), são criadas várias Delegacias e Superintendências Regionais. Ou, ainda, dentro da União, são criados vários Ministérios, cada um com uma competência própria (Ministério da Fazenda, Ministério da Saúde, etc.)

A CF/88 prevê a **criação de entidades da Administração Indireta**. Trata-se de pessoas jurídicas vinculadas à Administração Direta (no caso da Administração Federal, a um Ministério) cuja função é executar tarefas de interesse público de maneira **descentralizada**. A descentralização consiste na transferência da titularidade de determinadas atividades a pessoas jurídicas criadas para executarem as mesmas. Veja o que determina o texto constitucional:

XIX - somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação;

***XX** - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;*

Observa-se que as **autarquias só podem ser criadas por lei específica**. Isso porque essas entidades são pessoas jurídicas de direito público, que realizam atividades típicas do Estado.

Já as **sociedades de economia mista e empresas públicas** precisam de **autorização em lei para serem criadas**. Essas entidades são pessoas jurídicas de direito privado que poderão tanto prestar serviços públicos quanto explorar atividades econômicas.

Por fim, as **fundações públicas** tanto **poderão ser criadas quanto ter sua criação autorizada por lei**. No primeiro caso, terão personalidade jurídica de direito público, sendo uma espécie de autarquia. No segundo, terão personalidade jurídica de direito privado. Em ambos os casos. Contudo, caberá à lei complementar definir as áreas de sua atuação.

No que se refere ao art. 37, XX, da CF, observa-se que **depende de autorização legislativa**, em cada caso, a **criação de subsidiárias** das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada. Não há necessidade de aprovação do Poder Executivo, uma vez que a autorização se dá por lei, conforme o texto constitucional.

3-Regime Jurídico da Administração x Regime Jurídico-Administrativo:

Essas são duas expressões muito parecidas e, por isso, acabam sendo erroneamente consideradas sinônimas. No entanto, elas têm significados diferentes.

O **Regime Jurídico da Administração** é o conjunto de normas (princípios e regras) aos quais se submete a Administração Pública, o qual engloba o **regime de direito público** e o **regime de direito privado**. Perceba que a Administração Pública, em suas relações, pode atuar com supremacia perante os particulares (relação vertical) ou em pé de igualdade com estes (relação horizontal). Na primeira situação, irá vigorar o regime de direito público; na segunda, o regime de direito privado. Um exemplo de situação em que a Administração está envolvida em uma relação horizontal é quando ela celebra um contrato de aluguel com um particular.

O **Regime jurídico-administrativo**, por sua vez, é o **regime de direito público** ao qual se submete a Administração Pública. É esse regime que rege as relações em que a Administração atua com supremacia perante os administrados. Trata-se de uma relação vertical, na qual a Administração é dotada de prerrogativas especiais.

Há 2 (dois) princípios que fundamentam o regime jurídico-administrativo: **i) a supremacia do interesse público** e; **ii) a indisponibilidade do interesse público**.

O princípio da **supremacia do interesse público** determina que em caso de conflito entre o interesse público e o de particulares, aquele deve prevalecer. Em razão da supremacia do interesse público, a Administração goza de **prerrogativas especiais**, das quais decorre a verticalidade nas relações entre esta e os particulares. Poderá, por exemplo, determinar a desapropriação de um imóvel ou, ainda, prever as chamadas cláusulas exorbitantes em contratos administrativos.

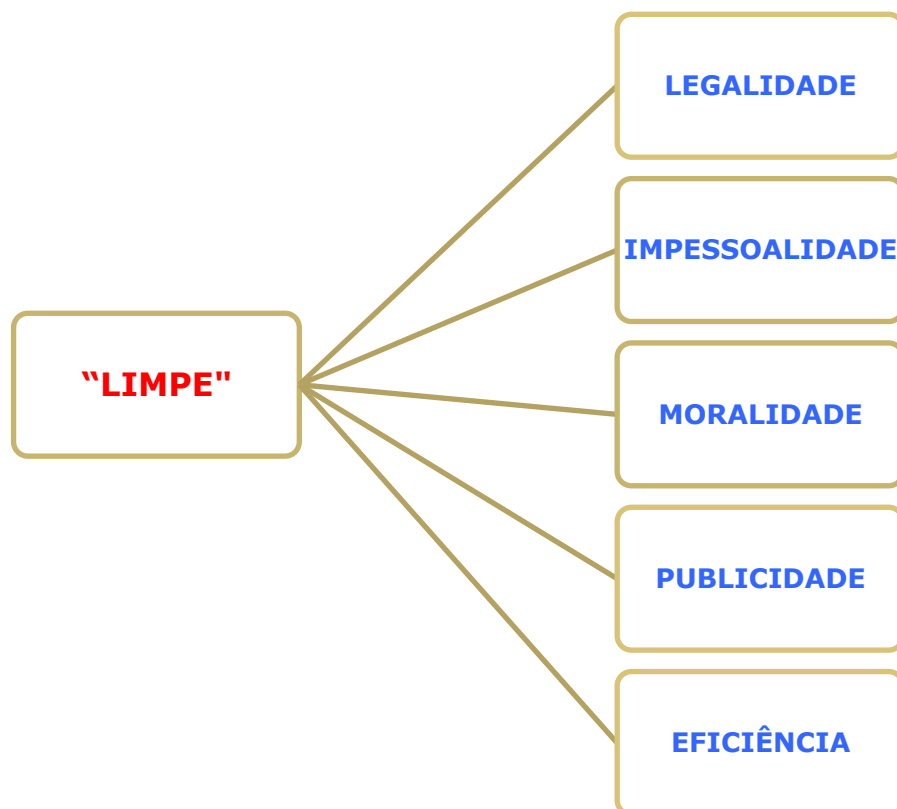
Já o princípio da **indisponibilidade do interesse público** estabelece que a Administração somente pode atuar quando autorizada por lei, nos limites estipulados pela norma legal. Veda ao administrador a prática de atos que implicam renúncia a direitos do Poder Público ou que onerem injustificadamente a sociedade. Em virtude da indisponibilidade do interesse público, a Administração está sujeita a determinadas **restrições**. Ao adquirir bens, por exemplo, a Administração deverá realizar prévia licitação.

4-Princípios Explícitos da Administração Pública:

A Administração Pública, em todos os seus níveis, deverá observar certos **princípios constitucionais** em sua atuação. Esses princípios estão expressos no art. 37, da CF/88:

Art. 37. *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)*

São 5 (cinco) os princípios constitucionais da Administração Pública: **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**. Esses princípios vinculam toda a Administração Pública (seja a administração direta ou indireta), dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e de todas as esferas da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).



a) Princípio da legalidade:

A legalidade é princípio essencial dentro de um Estado democrático de direito, representando a **submissão do Estado à lei**. É por meio da observância das leis que se concretiza a vontade do povo e, assim, atendido o **interesse público**. Ressalte-se que, ao falarmos em "lei", não estamos nos referindo apenas à lei formal, elaborada pelo Poder Legislativo. Pelo princípio da legalidade, devem ser observadas as normas em geral, inclusive os atos infralegais (decretos, portarias e instruções normativas).

Segundo o princípio da legalidade, a Administração Pública **somente pode fazer** o que está **expressamente previsto** em normas jurídicas. Assim, a Administração só pode agir segundo a lei ("secundum legem"), jamais contra a lei ("contra legem") ou além da lei ("praeter legem") com base apenas nos costumes.

É claro, às vezes, as normas deixam certa liberdade de escolha para o administrador público; dizemos que, nesse caso, há **discricionariedade** da Administração. Por exemplo, a concessão de licença a um servidor, para tratar de interesse particular, é discricionariedade da Administração (que poderá decidir por conceder ou não a licença).

Para os particulares, o princípio da legalidade tem uma conotação diferente: a eles, **é lícito fazer tudo aquilo que a lei não proíbe**. Enquanto a Administração Pública deve agir da maneira que a lei determina, os particulares têm maior liberdade de atuação e só não podem fazer o que a lei lhes proíbe.

b) Princípio da impessoalidade:

O princípio da impessoalidade é também conhecido como princípio da **finalidade** ou, ainda, princípio da **isonomia**. Para compreender o exato alcance desse princípio, é necessário analisá-lo em suas 4 (quatro) diferentes acepções.

Na primeira acepção, de **finalidade**, o princípio da impessoalidade traduz a ideia de que toda atuação da Administração deve buscar a satisfação do interesse público. Quando um ato é praticado com objetivo diverso, é nulo, por **desvio de finalidade**. O administrador é mero executor do ato, que serve para manifestar a vontade do Estado. Pode-se dizer, portanto, que o princípio da impessoalidade decorre do princípio da supremacia do interesse público.

Segundo a doutrina, em **sentido amplo**, o princípio da impessoalidade busca o **atendimento do interesse público**, enquanto em **sentido estrito**, visa a atender a **finalidade específica** prevista em lei **para o ato administrativo**. Ressalta-se que sempre que o ato administrativo satisfizer sua finalidade específica, a finalidade em sentido amplo também terá sido atendida. Nesse sentido, destaca-se a lição de Hely Lopes Meirelles:

*"(...) o princípio da impessoalidade, referido na Constituição de 1988 (art. 37, "caput"), nada mais é que o clássico princípio da **finalidade**, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu **fim legal**. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal".*²

Na segunda acepção, o princípio da impessoalidade traz a ideia de **vedação à promoção pessoal**. O agente público **não pode utilizar** as realizações da Administração Pública para promoção pessoal. Fundamenta-se essa lógica no art. 37, § 1º, da CF/88, que dispõe o seguinte:

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Uma terceira acepção do princípio da impessoalidade é aquela que o relaciona à **isonomia**. É o que se verifica, por exemplo, na **exigência de concurso público** para o acesso aos cargos públicos. A oportunidade de se ter acesso a esses cargos é igual para todos. Outro exemplo dessa acepção do princípio da impessoalidade diz respeito ao **pagamento das dívidas do Estado**, que deverá observar, em regra, a ordem cronológica de apresentação dos precatórios (art. 100, CF/88).

² MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**, 21ª Edição, 1995

Finalmente, a quarta acepção do princípio da impessoalidade é a que considera que os **atos praticados pelo agente público não são imputáveis a ele**, mas ao **órgão ou entidade** em nome do qual ele age. A ação dos agentes é, portanto, impessoal. Essa regra é extraída do art. 37, § 6º, da CF/88:

§ 6º - *As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.*

Destaca-se, ainda, que uma importante aplicação do princípio da impessoalidade diz respeito à consideração dos atos praticados por **agente de fato** (putativo) como válidos. Agente de fato é aquele indivíduo que **ingressa na Administração Pública irregularmente**. Devido à **teoria da aparência** (o agente parece ser servidor público "de direito"), seus atos são mantidos quando atingem terceiros de boa-fé, pois a Administração é impessoal.

c) Princípio da moralidade:

A moralidade administrativa é princípio que impõe aos agentes públicos a **atuação ética e honesta** na gestão da coisa pública. Não basta que o administrador público atue segundo a Lei; além disso, ele deve agir segundo os princípios da **probidade** e **boa fé**. Assim, é perfeitamente possível que um ato administrativo esteja em conformidade com a lei, mas contrarie o princípio da moralidade, podendo, então, ser anulado.


Além de erigir o princípio da moralidade a **vetor fundamental** de atuação da Administração Pública, a Constituição Federal de 1988 buscou concretizá-lo em diversos dispositivos.

Como **instrumento de controle da moralidade administrativa**, o art. 5º, LXXIII, previu a **ação popular**, que pode ser proposta por qualquer cidadão:

LXXIII - *qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à **moralidade administrativa**, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.*

O art. 37, § 4º, CF/88, por sua vez, prevê a responsabilização por atos de **improbidade administrativa**. Os atos de improbidade administrativa poderão ensejar a **suspensão dos direitos políticos**, a **perda da função pública**, a **indisponibilidade dos bens** e **ressarcimento ao Erário**. Tudo isso sem prejuízo da ação penal cabível, que também poderá ser proposta.

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

 OPA, pegadinha!	<p>É bastante comum assertivas como a seguinte:</p> <p><i>"Atos de improbidade administrativa importarão a perda da função pública e dos direitos políticos".</i></p> <p>Essa assertiva está ERRADA, pois a improbidade administrativa gera suspensão dos direitos políticos.</p>
---	--

d) Princípio da publicidade:

O princípio da publicidade deve ser analisado em **duas acepções** diferentes:

- Exigência de publicação em órgão oficial como **requisito de eficácia** dos atos administrativos gerais que devam produzir efeitos externos ou onerem o patrimônio público;
- Exigência de **transparência** da Administração em sua atuação, de forma a possibilitar o controle pelos administrados.

Na primeira acepção, deve ficar claro que a Administração tem a obrigação de **tornar públicos os seus atos**. Com efeito, a publicidade dos atos administrativos é **requisito de eficácia** dos atos administrativos gerais e de efeitos externos ou, ainda, daqueles que onerem o patrimônio público. Exemplo de ato geral e de efeito externo é a publicação de uma Portaria: esta somente produzirá seus efeitos (será eficaz) após a publicação no Diário Oficial da União.

Na segunda acepção, a Administração Pública tem a **obrigação de dar conhecimento aos administrados** (cidadãos) da conduta interna de seus agentes. Segundo o art. 5º, XXXIII, "*todos os cidadãos têm o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse particular, de interesse coletivo ou de interesse geral*". O princípio da publicidade evidencia-se, assim, na forma de uma obrigação de transparência.

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

A partir da leitura do dispositivo supratranscrito, é possível concluir que os órgãos públicos não precisam fornecer aos cidadãos **toda e qualquer** informação de que disponham. As informações cujo **sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado** não precisam ser fornecidas.

Cabe destacar, ainda, que somente com a publicidade dos atos administrativos é que torna-se viável o **exercício do controle da Administração**, seja este controle realizado pelos próprios cidadãos (controle social) ou pelos chamados órgãos de controle (CGU e TCU).

Com base no princípio da publicidade, o STF entendeu ser **válida a divulgação da remuneração bruta, cargos e funções titularizados por servidores públicos**, bem como dos órgãos de sua formal lotação. Isso porque, sendo essas informações de interesse coletivo ou geral, estão expostas à divulgação oficial. Não cabe, de acordo com a Corte, *"falar de intimidade ou de vida privada nesse caso, pois os dados objeto da divulgação em causa dizem respeito a agentes públicos enquanto agentes públicos mesmos; ou, na linguagem da própria Constituição, agentes estatais agindo "nessa qualidade" (§6º do art. 37)".*³

e) Princípio da eficiência:

O **princípio da eficiência** passou a estar expresso na Constituição a partir da EC nº 19/98, que o introduziu com o objetivo de promover uma quebra de paradigma na Administração Pública, substituindo a antiga administração burocrática pelo novo modelo: a **administração gerencial**. A administração gerencial tem ênfase na obtenção de resultados e na participação do cidadão, que é visto como cliente dos serviços públicos.

O art. 37, CF/88 impõe verdadeiro **dever de eficiência** à Administração Pública. Não basta que os agentes públicos atuem em conformidade com os ditames da legalidade. É necessário que sua desempenhem suas atribuições da melhor forma possível, a fim de obter os melhores resultados. Deve-se buscar a **melhoria da qualidade dos serviços públicos** e a **racionalidade dos gastos públicos**. A Administração Pública deve observar o **princípio da economicidade**, que determina que seja avaliado o custo/benefício dos gastos públicos.

O princípio da eficiência se manifesta em diversos dispositivos constitucionais:

- O art. 41, § 4º, estabelece que a **avaliação especial de desempenho** por comissão instituída com essa finalidade é condição para aquisição de **estabilidade** por servidor público.

³ Pleno, **SS 3902 AgR-segundo / SP - SÃO PAULO**, Rel. Min. Ayres Britto, j. 09.06.2011, DJe-189 DIVULG 30-09-2011 PUBLIC 03-10-2011.

- O art. 41, § 1º, III, estabelece a possibilidade de **perda do cargo** por servidor público mediante procedimento de **avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
 - O art. 37, § 8º, estabelece a possibilidade de que a Administração Pública celebre **contratos de gestão** com órgãos e entidades da administração direta e indireta, fixando **metas de desempenho** para o órgão ou entidade.
 - O art. 37, § 3º, prevê que lei disciplinará as formas de **participação do usuário** na administração pública direta e indireta. Esse dispositivo busca promover a gestão participativa.
 - O art. 39, § 2º, dispõe que a União, os Estados e o Distrito Federal manterão **escolas de governo** para a **formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos**, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- Esse dispositivo se destina a garantir a capacitação profissional dos servidores públicos, com o intuito de melhorar a qualidade do serviço prestado pela Administração Pública. Observa-se que a celebração de convênios ou contratos visando à manutenção de escolas de governo para formação e aperfeiçoamento dos servidores públicos é **facultativa**.
- O art. 39, § 7º, estabelece que “*lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de **recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes** em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de **qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público**, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade.*” Essa é a previsão de adicional ou prêmio de produtividade, como forma de estimular a excelência no serviço público e dar concretude ao princípio da eficiência.
 - O art. 70, caput, prevê que o **controle da Administração Pública** deverá, dentre outros parâmetros, observar a **economicidade**.

5- Princípios Implícitos da Administração Pública:

Além dos princípios explícitos no texto constitucional (art. 37), há também os **princípios implícitos** da Administração Pública. Não nos aprofundaremos no estudo de cada um deles, pois aí estaríamos entrando na seara do Direito Administrativo. Para fins do estudo do Direito Constitucional, basta que tenhamos uma breve noção sobre os principais dentre esses princípios.

a) Controle judicial dos atos administrativos: No Brasil, adota-se o **sistema inglês de jurisdição única**, no qual o Poder Judiciário pode efetuar o controle dos atos administrativos. Decorre do princípio da inafastabilidade de jurisdição, segundo o qual *"a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"* (art. 5º, XXXV). É diferente do sistema francês, do contencioso administrativo, no qual os atos administrativos não são apreciados pelo Poder Judiciário.

b) Princípio da autotutela: Segundo esse princípio, a Administração Pública **tem competência para controlar seus próprios atos**, anulando-os (quando ilegais) ou revogando-os (por motivo de convênio e oportunidade). A Súmula nº 473, do STF, dispõe que *"A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."*

c) Presunção da segurança jurídica: O princípio da segurança jurídica é um princípio implícito que encontra previsão no art. 2º da Lei nº 9.784/99. Esse princípio impõe que as normas sejam interpretadas de forma a garantir o atendimento do fim público a que se dirigem, **vedada a aplicação retroativa de nova interpretação**.

d) Princípio da motivação: Um dos requisitos dos atos administrativos é o motivo, que é a situação de fato ou de direito que autoriza a edição do ato. A motivação consiste na **declaração dos motivos** que fundamentaram o ato.

e) Princípio da razoabilidade e da proporcionalidade: Os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade estão intimamente relacionados. A doutrina majoritária considera, inclusive, que o princípio da proporcionalidade **está contido no princípio da razoabilidade**.

O princípio da proporcionalidade consiste na **adequação entre os meios e os fins** almejados; caso o ato administrativo não respeite essa relação, será desproporcional e, portanto, passível de invalidação pelo Poder Judiciário.

O princípio da razoabilidade possui três aspectos: **i)** adequação; **ii)** necessidade e; **iii)** proporcionalidade em sentido estrito. Assim, esses três aspectos devem ser observados para a **aferição da razoabilidade** de um determinado ato.

A **adequação** consiste em observar se o meio escolhido é o mais adequado para se alcançar o fim perseguido. A **necessidade**, por sua vez, consiste em analisar se o meio utilizado é o melhor ou menos oneroso para alcançar o objetivo do ato. Por último, a **proporcionalidade**, conforme já comentamos, é a aferição da relação entre os meios e os fins almejados.

f) Princípio da continuidade do serviço público: Os serviços públicos não podem sofrer solução de continuidade, isto é, **não podem ser paralisados**. É

em razão desse princípio que podem ser impostas restrições ao direito de greve dos servidores públicos (art. 37, VII). Recorde-se que o direito de greve dos servidores públicos é norma constitucional de eficácia limitada.



1. (CESPE/TJ-CE – 2014) Somente por lei complementar poderão ser criadas autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação.

Comentários:

A Constituição exige **lei ordinária específica** para a criação de autarquia e para **a autorização da instituição** de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação (art. 37, XIX, CF). Questão incorreta.

2. (CESPE / TRE-RJ - 2012) Alguns dos princípios que regem a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, como, por exemplo, o da legalidade e o da impessoalidade, estão expressamente previstos na CF, ao passo que outros, como o da moralidade, constituem princípios implícitos.

Comentários:

O princípio da moralidade está expressamente previsto no “caput” do art. 37 da Constituição. Não se trata de um princípio implícito. Questão incorreta.

3. (CESPE / DEPEN - 2013) O princípio da eficiência, que se caracteriza como um princípio implícito, não está previsto expressamente na CF.

Comentários:

O princípio da eficiência foi incorporado ao texto constitucional pela EC nº 19/1998. Trata-se de princípio expresso no “caput” do art. 37 da Constituição. Questão incorreta.

4. (CESPE / TRT 8ª Região - 2013) Os princípios constitucionais explícitos da administração pública não se aplicam às sociedades de economia mista, haja vista que elas são formadas pela conjugação de capital público e privado.

Comentários:

Esses princípios se aplicam tanto à administração pública direta quanto à indireta, o que inclui as sociedades de economia mista (art. 37, "caput", CF). Questão incorreta.

5. (CESPE / DPE-PI - 2009) Os princípios constitucionais da administração pública são vetores de observância obrigatória pela União, pelos estados, pelo DF e pelos municípios, funcionando como parâmetros de comportamento tanto para o Poder Executivo quanto para os Poderes Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo.

Comentários:

O enunciado está perfeito. Questão correta.

6. (CESPE / BB Cert. - 2010) O princípio da legalidade expressa-se por meio da autonomia da vontade, o que significa dizer que só é permitido fazer o que a lei não proíbe.

Comentários:

O princípio da legalidade, no âmbito da Administração Pública, determina que esta só poderá agir quando a lei determinar ou autorizar sua atuação. Não há autonomia da vontade. Questão incorreta.

7. (CESPE / BB Cert. - 2010) A impessoalidade é atributo a ser observado em relação aos administrados e à própria administração. Nesse último caso, os atos administrativos são imputáveis ao funcionário, e não ao respectivo órgão da administração.

Comentários:

Os atos administrativos são imputados à Administração, e não ao servidor público. É o que determina o princípio da impessoalidade. Questão incorreta.

8. (CESPE / BB Cert. - 2010) De acordo com o princípio da eficiência, deve prevalecer, no setor público, o controle do resultado, sendo irrelevante atender às necessidades dos usuários ou clientes.

Comentários:

As necessidades dos usuários devem ser atendidas, com base no princípio da eficiência. Veja que a CF/88 determina, em seu art. 175, IV, que lei disporá sobre a obrigação de manter serviço adequado. Questão incorreta.

9. (CESPE / ABIN - 2010) A administração pública deve obedecer a vários princípios expressos na CF, como o da legalidade e da impessoalidade, e, ainda, a princípios implícitos ao texto

constitucional, tais como o do interesse público, que é fundamental à discussão no âmbito da administração.

Comentários:

Como vimos, a Administração Pública obedece a princípios tanto explícitos quanto implícitos no texto constitucional. Dentre os implícitos, o do interesse público é um dos mais importantes, uma vez que a supremacia do interesse público sobre o particular é considerada um dos pilares do Direito Administrativo. Questão correta.

6- Agentes Públicos:

6.1- Acesso aos cargos, empregos e funções públicas:

Segundo o art. 37, inciso I, CF/88, *"os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei"*.

Os **brasileiros**, para que possam ter **acesso aos cargos, empregos e funções públicas**, devem cumprir os **requisitos definidos em lei**. Assim, somente a lei é que pode definir os requisitos para acesso a cargos públicos. O STF já se manifestou várias vezes seguindo esse entendimento:

a) Súmula nº 686 (STF): *"Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público."* Em outras palavras, um edital de concurso público só pode trazer a exigência de exame psicotécnico se a lei que criou o cargo assim o tiver estabelecido.

b) Súmula nº 14 (STF): *"Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público."*

c) *"A exigência de experiência profissional prevista apenas em edital importa em ofensa constitucional."*⁴

d) *"A fixação do limite de idade via edital não tem o condão de suprir a exigência constitucional de que tal requisito seja estabelecido por lei."*⁵

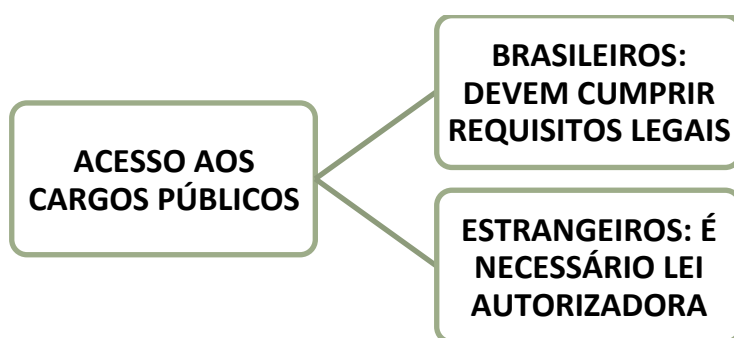
Os **estrangeiros** também **podem ter acesso** a cargos, empregos e funções públicas. No entanto, para eles a regra é um pouco diferente. Eles só podem ocupar cargos, empregos e funções públicas quando a lei assim o autorizar. Há necessidade de que exista uma lei definindo as hipóteses em que os estrangeiros poderão ter acesso aos cargos públicos.

⁴ RE 558.833-AgR. Rel. Min. Ellen Gracie. Julgamento em 08.09.2009.

⁵ RE 559.823-AgR. Rel. Min. Joaquim Barbosa. Julgamento em 27.11.2007.

Destaca-se que essa lei **não poderá estabelecer distinções arbitrárias e abusivas**, privilegiando determinados estrangeiros em detrimento de outros, em função do país de origem. Ressalta-se, ainda, que essa previsão constitucional se aplica igualmente aos estrangeiros residentes ou não no país, permitindo, por exemplo, que, após a edição da referida lei, estes tenham acesso a cargos, empregos ou funções públicas em repartições brasileiras no exterior.

Percebe-se, dessa maneira, que o acesso de brasileiros a cargos públicos é norma de **eficácia contida**. Todos os brasileiros têm direito a ocupar cargos públicos, podendo a lei estabelecer requisitos, restringindo esse acesso. Por outro lado, o acesso de estrangeiros a cargos públicos é norma de **eficácia limitada**. Assim, para que estrangeiros possam ocupar cargos na Administração, será necessária a edição de lei autorizadora.



6.2- Concurso Público:

O art. 37, inciso II, CF/88, dispõe que “a investidura em cargo ou emprego público depende de **aprovação prévia em concurso público** de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas as nomeações para cargo em comissão** declarado em lei de livre nomeação e exoneração”.

Desse dispositivo, podemos extrair várias regras importantes:

- a) O acesso aos cargos e empregos públicos depende de **prévia aprovação em concurso público**. Nesse sentido, o STF editou a Súmula 685, que diz: “*é inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido*”.
- b) O concurso público deve ser de **provas** ou de **provas e títulos**. Assim, não se admite a realização de concurso público com base unicamente em avaliação de títulos.
- c) A exigência de concurso público vale para o provimento de cargos e empregos na **administração pública direta e indireta**, inclusive para empregos em sociedades de economia mista e empresas pública.

d) A exigência de concurso público só vale para o **provimento de cargos efetivos**. A nomeação para cargos em comissão **independe de concurso público**.

A definição do prazo de validade do concurso é **definida pelo edital**. Segundo o art. 37, III, CF/88, o prazo de validade será de **até 2 (dois) anos**, prorrogável uma vez por igual período. A contagem do prazo de validade é feita a partir da homologação, que é o ato administrativo que atesta a conclusão do concurso público. Dentro do prazo de validade do concurso é que **poderão ser nomeados ou contratados** os aprovados.

Há vasta jurisprudência do STF e do STJ acerca do tema "concursos públicos". A seguir, reproduziremos os mais importantes entendimentos sobre o assunto:

a) Segundo o STF, a aprovação em concurso **dentro do número de vagas** previsto no edital garante **direito subjetivo** do candidato à nomeação⁶. Assim, se o edital prevê 30 vagas para o cargo de Auditor-Fiscal, os 30 primeiros colocados terão direito subjetivo a serem nomeados. Em outras palavras, a Administração não poderá deixar de nomeá-los.

"E pode a Administração nomear um candidato fora da ordem de classificação? Nomear o 26º antes do 1º, por exemplo?"

Não pode. A Administração deverá nomear os candidatos aprovados **observando a ordem de classificação**. Mas isso já aconteceu no passado... Tanto é que o STF chegou a editar a Súmula nº 15 para evitar que algum candidato melhor classificado fosse preterido: "*Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem o direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação*". Assim, se o 15º colocado de um concurso for nomeado, por óbvio, todos aqueles que estão à sua frente também o deverão ser.

b) O STF considera que, **comprovada a necessidade de pessoal e a existência de vaga**, configura preterição de candidato aprovado em concurso público o preenchimento da vaga, ainda que de forma **temporária**⁷. Suponha, por exemplo, que existam vagas para determinado cargo público e comprovada necessidade de pessoal. Além disso, existem candidatos aprovados em concurso público no cadastro de reserva. Ao invés de chamá-los, todavia, a Administração faz diversas contratações temporárias. Claro está que os candidatos que estavam em cadastro de reserva foram preteridos.

c) Segundo o STJ, "*a aprovação do candidato dentro do cadastro de reserva, ainda que fora do número de vagas inicialmente previstas no edital do concurso público, confere-lhe o direito subjetivo à nomeação*

⁶ RE 598.099. Rel. Min. Gilmar Mendes. Julgamento em 10.08.2011.

⁷ AI 820065/GO, Rel. Min. Rosa Weber, j. 21.08.2012, p. 05.09.2012.

*para o respectivo cargo se, durante o prazo de validade do concurso, demonstrado o interesse da Administração Pública, **surgirem novas vagas**, seja em razão da criação de novos cargos mediante lei, seja em virtude de vacância decorrente de exoneração, demissão, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável ou falecimento".⁸*

d) Segundo o STF, a **eliminação do candidato** de concurso público que esteja **respondendo a inquérito ou ação penal**, sem sentença penal condenatória transitada em julgado, **fere o princípio da presunção de inocência**⁹. Ora, se não houve sentença penal condenatória transitada em julgado, o candidato não pode ser considerado culpado (art. 5º, LVII).

e) Segundo o STF, **não há direito à prova de segunda chamada** nos testes de aptidão física, em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior, **salvo disposição em contrário no edital**.¹⁰ Assim, inexistente direito à remarcação de teste de aptidão física em razão de problema pessoal de saúde.

f) Segundo o STJ, **é possível a remarcação de teste de aptidão física** em concurso público com o objetivo de proporcionar a participação de **candidata comprovadamente grávida**, ainda que o edital não contenha previsão nesse sentido.

g) Segundo o STF, o edital de concurso público poderá estabelecer que a **classificação seja feita por unidade da federação**, ainda que disso resulte que um candidato possa se classificar, em uma delas, com nota inferior ao que, em outra, não alcance a classificação respectiva. Assim, admite-se que a concorrência seja regionalizada. Isto é bastante comum. Pode existir um concurso com 15 vagas para Minas Gerais, 10 vagas para São Paulo e 30 vagas para o Rio de Janeiro. Os candidatos às vagas de Minas Gerais concorrerão apenas entre si, assim como os candidatos às vagas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

h) O Supremo Tribunal Federal entende que, caso uma questão de concurso cobre **assunto não incluso no edital**, **é possível o controle jurisdicional**, por ser o edital a lei do concurso. Entretanto, é bom que você saiba que esse controle não é possível, de acordo com o STF, quando se trata de avaliar os critérios de correção da banca examinadora, de analisar a formulação de questões ou de avaliar as respostas.

Para complementar, citamos **trecho de julgado** do STF relacionado a esse entendimento:

⁸ AgRg no RMS 38117 / BA, Julgamento em 18.12.2012.

⁹ AI 741.101-AgR, Rel. Min. Eros Grau. Julgamento em 28-4-2009

¹⁰ RE 630.733. Rel. Min. Gilmar Mendes. Julgamento em 15.05.2013.

"o Poder Judiciário seria incompetente para substituir-se à banca examinadora de concurso público no reexame de critérios de correção das provas e de conteúdo das questões formuladas. Assentou-se que, existente previsão de determinado tema, cumpriria ao candidato estudar e procurar conhecer, de forma global, os elementos que pudessem ser exigidos nas provas, de modo a abarcar todos os atos normativos e casos paradigmáticos existentes. Do contrário, significaria exigir-se das bancas examinadoras a previsão exaustiva, no edital de qualquer concurso, de todos os atos normativos e de todos os 'cases' atinentes a cada um dos pontos do conteúdo programático do concurso, o que fugiria à razoabilidade".¹¹

i) Segundo o STJ, o candidato aprovado que foi **tardamente nomeado por força de decisão judicial não tem direito a ser indenizado** pelo período em que não trabalhou.¹² Isso evita que continuem ocorrendo aquelas "indenizações milionárias" de servidores que conseguiram a nomeação quase vinte anos depois da realização do concurso, muitas vezes prestes a se aposentarem. Quem não conhece um caso desses? O STJ "acabou com a festa"!

j) Segundo o STF, na ocorrência de vaga, a Administração, ao provê-la, deve **primeiro oferecer ao servidor classificado em Concurso de Remoção**, para somente então nomear candidato habilitado em Concurso Público, ainda que já ocupe cargo de provimento efetivo pertencente ao Quadro de Pessoal do respectivo órgão.¹³ Com isso, impossibilita-se que o Auditor-Fiscal da Receita Federal que ficou durante anos na fronteira, esperando por uma remoção, veja sua tão sonhada vaga em sua cidade natal ser ofertada a candidatos a novo concurso público, em detrimento dele. Isso já aconteceu no passado, pode acreditar!

Após esse grande repertório jurisprudencial, continuamos no estudo do tema dos concursos públicos. Vejamos o que dispõe o art. 37, IV, CF/88:

IV - *durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;*

Há muita confusão quanto ao significado do termo "prazo improrrogável". Ora, sabemos que o **prazo de validade** do concurso público é de até 2 anos, **prorrogável** uma vez por igual período. Devemos considerar que findo esse período é que o prazo se torna improrrogável.

¹¹ MS 308060/DF, rel. Min. Luiz Fux, 28.08.2012.

¹² EResp1.117.974/RS, Corte Especial, Rel. Min. Eliana Calmon, Rel.p/Acórdão Min. Teori Albino Zavascki, DJE 19.12.2011.

¹³ MS 31267 MS, Min. Ricardo Lewandowsky, j. 24.04.2012, p. 27.04.2012

A CF/88 não impede que, no prazo de validade de um concurso, a Administração realize novo concurso para o mesmo cargo. No entanto, o art. 37, IV, estabelece a **prioridade de nomeação** para os **aprovados no último concurso** sobre os novos aprovados.

O art. 37, VIII, CF/88, assegura um percentual dos cargos e empregos públicos para portadores de deficiência:

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

Note que é a **lei que definirá** os **critérios de admissão das pessoas portadoras de deficiência**, jamais o administrador público. Também é importante ressaltar que, de acordo com as atribuições do cargo, esta poderá prever que não haverá reserva de vagas a essas pessoas. Nesse sentido, a Lei 8.112/90 prevê, em seu art. 5º, § 2º, que:

§ 2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo **cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras**; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Continuando nossa análise do art. 37 da Constituição, determina o texto constitucional que:

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

Esse dispositivo prevê a **contratação de pessoal sem concurso público**, por **tempo determinado**. Esse pessoal não ocupa cargo público, **não está sujeito ao regime estatutário** a que se submetem os servidores públicos titulares de cargo efetivo e em comissão. Em outras palavras, **não estão sujeitos à Lei nº 8.112/90**. Também não estão sujeitos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a não ser nos termos em que a lei específica que os rege define.

Esses agentes públicos são estatutários, pois **têm seu próprio estatuto de regência**, que define seu regime jurídico. Exercem **função pública remunerada temporária**, tendo vínculo jurídico-administrativo com a Administração Pública. Sujeitam-se ao regime geral de previdência social (RGPS) e suas lides com o Poder Público contratante são de competência da Justiça comum, federal ou estadual (ou do Distrito Federal), conforme o caso.

Para a utilização do instituto da contratação temporária, exceção à contratação mediante concurso público, é necessário o **cumprimento de três requisitos**:

- a) Excepcional interesse público;
- b) Temporariedade da contratação;
- c) Hipóteses expressamente previstas em lei.

A lei mencionada como requisito será **editada pela entidade contratadora**, podendo ser federal, estadual, distrital ou municipal, conforme a respectiva competência constitucional. Contudo, **não será possível**, segundo o STF, a contratação temporária por lei que fixe "**hipóteses abrangentes e genéricas de contratação**, sem definir qual a contingência fática emergencial apta a ensejá-la", bem como para "o **exercício de serviços típicos de carreira e de cargos permanentes de Estado**, sem concurso ou motivação de excepcional relevância" que o justifique (STF, Pleno, ADI 3116/AP, decisão 14.02.2011).

6.3- Cargos em comissão e funções de confiança:

No art. 37, inciso V, a Carta da República trata das funções de confiança e dos cargos em comissão:

***V** - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;*

É importante que você não confunda **cargos em comissão** com **funções de confiança**. São coisas diferentes.

As funções de confiança são exercidas **exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo**, regra introduzida pela EC nº 19/98. Os cargos em comissão, por sua vez, são de **livre nomeação e exoneração**. Todavia, existe previsão em lei de um percentual mínimo dos cargos em comissão que devem ser ocupados por servidores de carreira.

Tanto os cargos em comissão quanto as funções de confiança destinam-se apenas às atribuições de **direção, chefia e assessoramento**. Nesse sentido, o STF já declarou a inconstitucionalidade de lei estadual que criou cargos em comissão com atribuições de natureza técnica.

Esquematizando...

**FUNÇÕES DE
CONFIANÇA E
CARGOS EM
COMISSÃO**

- DESTINAM-SE EXCLUSIVAMENTE ÀS ATRIBUIÇÕES DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO.

**FUNÇÕES DE
CONFIANÇA**

- OCUPADAS EXCLUSIVAMENTE POR SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO EFETIVO.

**CARGOS EM
COMISSÃO**

- PODEM SER PREENCHIDOS POR PESSOAS COM INGRESSO SEM CONCURSO PÚBLICO. ENTRETANTO, A LEI DEVE ESTABELECEER PERCENTUAIS MÍNIMOS DE VAGAS A SEREM PREENCHIDAS POR SERVIDORES DE CARREIRA, QUE INGRESSARAM NO SERVIÇO PÚBLICO MEDIANTE CONCURSO.

No que se refere a nomeações para cargos em comissão, é importante o **entendimento do STF sobre o nepotismo**, prática de nomear parentes para cargos em comissão e funções de confiança. A Corte considera ofensiva a prática do nepotismo, **vedando inclusive o "nepotismo cruzado"**, que ocorre quando dois agentes públicos nomeiam parentes um do outro, para mascarar a contratação.

O STF entende que a prática do nepotismo **ofende os princípios da moralidade e da impessoalidade**, devendo a vedação a esta prática ser observada por todos os Poderes da República e por todos os entes da Federação, independentemente de lei formal.

Que tal lermos a **Súmula Vinculante nº 13** em sua íntegra?



"A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."

É importante destacar que a vedação ao nepotismo **não alcança a nomeação para cargos políticos**. Assim, o governador de um Estado pode nomear seu irmão para o cargo de secretário estadual, por exemplo.

6.4- Direitos Sociais dos servidores públicos:

Nesse tópico, estudaremos sobre os **direitos sociais** dos servidores públicos.

Inicialmente, comentamos sobre o **direito à associação sindical**, o qual é assegurado pelo art. 37, VI, CF/88:

VI - *é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical*

O servidor público tem, portanto, o poder de se associar a um sindicato. Entretanto, destaca-se que a Súmula 679 do STF **proíbe a convenção coletiva para fixação de vencimentos dos servidores públicos**. Destaca-se, ainda, que **aos militares são vedadas a sindicalização e a greve** (art. 142, IV, CF), sem exceção.

Os servidores públicos civis também têm o **direito de greve**, conforme art.37, VII:

VII - *o direito de greve será exercido nos termos e nos limites estabelecidos em lei específica.*

Observe que, ao contrário do direito à associação sindical, que é uma norma constitucional de eficácia plena, o direito de greve do servidor público é uma **norma constitucional de eficácia limitada**. Em tese, **é necessária uma lei** para que os servidores públicos possam usufruir do direito de greve.

Como tal lei ainda não foi editada, o STF, no julgamento de três mandados de injunção, adotando a posição concretista geral, determinou a **aplicação ao setor público, no que couber, da lei de greve vigente no setor privado** (Lei nº 7.783/1989) até a edição da lei regulamentadora.

Destaca-se, porém, que a Corte decidiu pela **inaplicabilidade do direito de greve** a determinados servidores públicos, como, por exemplo, **às forças policiais**, devido à índole de sua atividade. Segundo o Pretório Excelso, "servidores públicos que exercem atividades relacionadas à manutenção da ordem pública e à segurança pública, à administração da Justiça – aí os integrados nas chamadas carreiras de Estado, que exercem atividades indelegáveis, inclusive as de exação tributária – e à saúde pública" estão privados do direito de greve (STF, Rcl. 6568-SP, Rel. Min. Eros Grau).

A Carta Magna assegura, ainda, aos servidores públicos, os **seguintes direitos sociais** (art. 39, § 3º):

a) Salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe

preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

b) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

c) **Décimo terceiro salário** com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

d) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

e) **Salário-família** pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei;

f) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

g) Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

h) **Remuneração do serviço extraordinário** superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal;

i) Gozo de **férias anuais remuneradas** com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

j) **Licença à gestante**, sem prejuízo do emprego e do salário;

l) **Licença-paternidade**, nos termos fixados em lei;

m) Proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

n) Redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

o) Proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

6.5- Remuneração dos servidores públicos:

O artigo 37, inciso X, CF/88 estabelece o seguinte sobre a **remuneração dos servidores públicos**:

***X** - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso,*

assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

Antes de iniciarmos a análise do dispositivo, cumpre fazermos algumas elucidações. A remuneração dos servidores públicos pode se dar por meio de **subsídios**, **vencimentos** ou **salários**.

A primeira delas, o **subsídio**, é uma forma de remuneração fixada em **parcela única**, sem acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. É remuneração **obrigatória** para os **agentes políticos** e para **servidores públicos de determinadas carreiras** (Advocacia-Geral da União, Defensoria Pública, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, procuradorias dos estados e do DF, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares). Além disso, pode ser **facultativamente** adotado, a critério do legislador ordinário, para servidores públicos organizados em carreira (art. 39, § 8º, CF). É o caso dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, por exemplo.

Vejamos o que diz o art. 39, § 4º, CF/88 sobre o subsídio dos agentes políticos:

§ 4º - *O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.*

Já os **vencimentos** compreendem a **remuneração em sentido estrito**, percebida pelos servidores públicos. O artigo 41 da Lei 8.112/90 estabelece que remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

Finalmente, o **salário** é a forma remuneratória paga aos **empregados públicos**, contratados sob regime celetista. É o caso do Presidente de uma empresa pública, por exemplo.

A alteração da redação do dispositivo, promovida pela EC nº 19/98 garantiu expressamente ao servidor público o **princípio da periodicidade**, ou seja, no mínimo, uma **revisão geral anual da remuneração**. Nesse sentido, entendeu o STF que trata-se de "*norma constitucional que impõe ao Presidente da República o dever de desencadear o processo de elaboração da lei anual de revisão geral da remuneração dos servidores da União*", concluindo que "*seu atraso configurou-se desde junho/1999, quando transcorridos os primeiros doze meses da data da edição da referida EC nº 19/98*".

A **iniciativa das leis que fixam a remuneração e o subsídio** dos agentes públicos depende do cargo a que se refiram. As principais estão previstas na tabela a seguir:

Cargos	Iniciativa
Cargos da estrutura do Executivo federal	Presidente da República
Cargos da estrutura da Câmara dos Deputados	Câmara dos Deputados
Cargos da estrutura do Senado Federal	Senado Federal
Cargos da estrutura do Poder Judiciário	Competência privativa de cada tribunal
Ministros do STF	STF
Deputados federais, senadores, Presidente e Vice-Presidente da República e ministros de Estado	Congresso Nacional

O art. 37, XI, CF/88 estabelece o denominado **teto constitucional de remuneração** dos servidores públicos. Vamos lê-lo na íntegra?

***XI** - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;*

Desse dispositivo, cuja redação é longa e complexa, é possível extrair o seguinte:

- a)** A remuneração de todos os servidores e empregados públicos está sujeita a um **teto remuneratório geral do funcionalismo público**, que é o **subsídio dos Ministros do STF**.

- b) O texto constitucional prevê a existência de **subtetos remuneratórios** nos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- c) Nos **Municípios**, a remuneração de todos os servidores e empregados públicos têm como limite o **subsídio do Prefeito**. Esse é o subteto remuneratório nos Municípios.
- d) Nos **Estados e no Distrito Federal**, o subteto é **variável por Poder**. No Poder Executivo, o limite é o subsídio do Governador. No Poder Legislativo, o limite é o subsídio dos deputados estaduais e distritais. No Poder Judiciário, o limite é o subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça (esse limite também se aplica aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos).

A **literalidade da CF/88** prevê que o **subsídio dos desembargadores** do Tribunal de Justiça está **limitado a 90,25% do subsídio dos Ministros do STF**. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) no STF com o objetivo de impedir que os magistrados estaduais tivessem seu subsídio limitado a esse montante. Como consequência, o STF decidiu que esse limite **não se aplica aos membros da magistratura estadual**, mas **apenas aos servidores do Poder Judiciário**.¹⁴ Isso se deve ao caráter nacional e unitário do Poder Judiciário, considerando-se uma violação à isonomia estabelecer limites remuneratórios diferentes entre magistrados federais e estaduais.

A EC nº 47/2005 estabeleceu, ainda, a **possibilidade de que os Estados e o Distrito Federal**, mediante emenda à Constituição Estadual, **fixem um subteto único**, ao invés de termos subtetos específicos por Poder (art. 37, § 12). Quando isso ocorrer, o subteto único deverá ser o **subsídio dos desembargadores** do Tribunal de Justiça. Destaque-se que esse limite não será aplicável aos parlamentares (deputados estaduais, deputados distritais e vereadores).

Novamente, para facilitar a memorização do dispositivo, sintetizaremos as principais regras referentes ao teto constitucional na tabela a seguir:

Teto	Cargos
Subsídio dos Ministros do STF	Todos, em qualquer esfera da Federação
Subsídio do Prefeito	Todos os cargos municipais
Subsídio do Governador	Todos os cargos do Executivo estadual
Subsídio dos deputados estaduais e distritais	Todos os cargos do Legislativo estadual
Subsídio dos desembargadores do Tribunal de Justiça	Teto obrigatório para os servidores do Judiciário estadual (exceto juízes, por determinação do STF*)
Subsídio dos desembargadores do	Teto facultativo para os Estados e Distrito

¹⁴ ADIN 3.854/DF, Rel. Min. Cezar Peluso. Julgamento em 28.02.2007.

Tribunal de Justiça (até 90,25% do subsídio dos Ministros do STF)

Federal (não se aplica a deputados estaduais e a distritais, nem a vereadores)

Excetua-se dos limites remuneratórios constitucionais as **parcelas indenizatórias fixadas em lei**. Os limites incluem, entretanto, o somatório das remunerações, subsídios, proventos e pensões percebidos pelos agentes públicos.

No que se refere ao **salário dos empregados públicos** das empresas públicas e sociedades de economia mista e suas subsidiárias, os **tetos só se aplicam** às que **receberem recursos** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios **para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral** (CF, art. 37, §9º).

Ainda sobre o sistema remuneratório dos servidores públicos, vejamos o que dispõe o art. 37, XII:

***XII** - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;*

Esse dispositivo consagra que os **vencimentos pagos aos servidores do Poder Executivo** são um **limite** aos valores pagos pelos outros Poderes a seus servidores. É claro que isso vale para cargos cujas atribuições sejam semelhantes.

O art. 37, XIII, CF/88, busca **impedir** que o legislador ordinário estabeleça **reajustes automáticos** de remuneração ou aumentos em cascata:

***XIII** - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público;*

Sobre o assunto, o STF já declarou a **inconstitucionalidade** de lei estadual que estabelecia vinculação entre o **reajuste dos subsídios do Governador ao reajuste concedido aos servidores públicos estaduais**.¹⁵

Destacamos, ainda, o que dispõe a Súmula nº 681, do STF: *"É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária."*

O art. 37, XIV, da CF/88 determina que os **acréscimos pecuniários** percebidos por servidor público **não serão computados nem acumulados** para fins de **concessão de acréscimos ulteriores**.

¹⁵ ADI. 3.491/RS, Rel. Min Carlos Ayres Britto. Julgamento em 27.09.2006.

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores;

Com esse dispositivo, busca-se impedir uma situação bastante comum no passado. Depois de exercer durante certo período uma função gratificada, o **servidor a incorporava a seu vencimento**. Ao assumir uma nova função, o valor desta seria calculado levando-se em consideração o seu vencimento já acrescido da gratificação anterior. Com essa incidência cumulativa, havia servidores ganhando valores totais de remuneração bastante elevados.

Assim, atualmente, o entendimento que se tem é o de que qualquer **gratificação ou adicional** terá como **base de cálculo o vencimento básico** do servidor público.

O art. 37, garante a **irredutibilidade dos vencimentos** dos cargos públicos:

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;

Segundo o STF, essa garantia **não impede** a **criação ou majoração de tributos** incidentes sobre os subsídios, os vencimentos, a aposentadoria e a pensão. Além disso, a forma de cálculo dos vencimentos pode ser modificada, apenas o valor destes é que não.

6.6 – Acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas:

A Constituição Federal prevê, como regra geral, a **vedação à acumulação remunerada** de cargos, empregos e funções públicas. Essa proibição de acumular **também se estende** àqueles que ocupam empregos e funções em **autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista**, sua subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

No entanto, a própria CF/88 estabelece as exceções a essa regra. Vejamos o que dispõe o art. 37, XVI:

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

a) a de dois cargos de professor;


b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas;

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público;

Assim, é possível a acumulação de cargos públicos em certos casos, mas mesmo assim **é necessário que exista compatibilidade de horários**. São admissíveis a acumulação de **2 cargos de professor**, de **1 cargo de professor com outro técnico ou científico** e a de **2 cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde**.

É possível, por exemplo, que um indivíduo tenha 2 cargos públicos de médico, em órgãos diferentes. Ou, então, que um servidor ocupante de cargo de Analista Judiciário tenha um cargo de professor em universidade pública. Em qualquer desses casos, todavia, será necessário que exista compatibilidade de horários.

	<i>Segundo o STF, o art. 37, XVI, "c", da Constituição Federal autoriza a acumulação de dois cargos de médico, não sendo compatível interpretação ampliada para abrigar no conceito o cargo de perito criminal com especialidade em medicina veterinária.</i>
--	---

A Constituição estabelece **outras possibilidades de acumulação de cargos**, desde que haja compatibilidade de horários.

Vejamos a tabela abaixo:

Artigo da CF	Permissão
Art. 38, III	Acúmulo do cargo de vereador e outro cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo
Art. 95, parágrafo único, I	Permissão para que juízes exerçam o magistério
Art. 125, § 5º, II, "d"	Permissão para que membros do Ministério Público exerçam o magistério

É relevante destacar que, **havendo acumulação lícita de cargos**, será necessário que seja **observado o teto remuneratório** do funcionalismo público. É o que se depreende da leitura da parte final do art. 37, XVI, quando se diz que deverá ser "*observado em qualquer caso o disposto no inciso XI*". Assim, um médico que acumule dois cargos públicos não poderá receber, somando-se as duas remunerações, um valor superior ao teto remuneratório.

O art. 37, §10, CF/88 estabelece importante regra sobre os proventos de aposentadoria. Como regra geral, **é vedada a acumulação de proventos de**

aposentadoria pago pelo regime próprio de previdência social (RPPS) **com a remuneração do cargo em atividade**. Suponha, por exemplo, que João se aposente como Analista Judiciário. Depois de aposentado, ele é aprovado e toma posse no cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil. Poderá ele acumular a aposentadoria com a remuneração do cargo de Auditor? A resposta é não, nos termos do art. 37, §10, CF/88.

§ 10 - *É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.*

Há **3 (três) exceções** à vedação de percepção simultânea de proventos de aposentadoria do RPPS com a remuneração do cargo em atividade:

- a) Cargos acumuláveis:** Um Analista Judiciário aposentado não pode receber os proventos de sua aposentadoria com a remuneração do cargo de Auditor-Fiscal RFB. No entanto, é possível que um Analista Judiciário receba os proventos de sua aposentadoria e, além disso, a remuneração de um cargo público de professor. Isso será possível porque os dois cargos (Analista Judiciário e professor) são acumuláveis.
- b) Cargos eletivos:** Um Analista Judiciário aposentado pode receber os proventos de sua aposentadoria e a remuneração do cargo de Deputado Federal, para o qual foi eleito.
- c) Cargos em comissão:** Suponha que um Delegado da Polícia Federal se aposente e, após isso, seja nomeado Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). Como trata-se de cargo em comissão, ele poderá acumular a remuneração do cargo com os proventos de aposentadoria no cargo de Delegado da Polícia Federal.

6.7- Servidores Públicos e Mandato Eletivo:

O art. 38, da Carta Magna traz as **regras aplicáveis** aos servidores que estiverem no **exercício de mandato eletivo**:

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

- I** - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;
- II** - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

- III** - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;
- IV** - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;
- V** - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Qualquer que seja o mandato eletivo federal, estadual ou distrital, o **servidor ficará afastado** do seu cargo, emprego ou função (art.38, I). Não importa se ele está ocupando um cargo no **Poder Executivo** (Presidente ou Governador) ou no **Poder Legislativo** (Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Deputado Distrital). Se ele estiver exercendo **mandato eletivo federal, estadual ou distrital**, ocorrerá o **afastamento do cargo**. Destaque-se que essa regra de afastamento vale tanto para os servidores ocupantes de cargo efetivo quanto para os ocupantes de cargo em comissão.

E qual remuneração será recebida pelo servidor afastado para exercer mandato eletivo federal, estadual ou distrital?

Essa é uma boa pergunta. Ele receberá a **remuneração do mandato eletivo**, obrigatoriamente.

E se o servidor público for investido em mandato eletivo municipal?

Nessa caso, temos regras diferentes. O servidor que for investido no **mandato de Prefeito**, será **afastado do cargo** e poderá **optar pela remuneração** do seu cargo ou pela remuneração do mandato eletivo.

Por outro lado, o servidor investido no mandato de **Vereador** **poderá acumular** os dois cargos (mandato eletivo e cargo público), desde que **haja compatibilidade de horários**. Receberá, nesse caso, as duas remunerações. Se **não houver compatibilidade de horários**, o servidor investido no mandato de Vereador será **afastado do cargo**, podendo **optar pela remuneração**.

Todas essas regras são sintetizadas a seguir:

Cargo Eletivo	Regra
Cargos do Executivo ou do Legislativo Federal, Estadual ou Distrital	Afastamento do cargo efetivo ou em comissão, função ou emprego público. A remuneração percebida será a do cargo eletivo .
Prefeito	Afastamento do cargo efetivo ou em comissão, função ou emprego público. A remuneração poderá ser a do cargo eletivo ou a do cargo efetivo ou em comissão, função ou emprego público, de acordo

	com a opção do servidor.
Vereador	Poderá, caso haja compatibilidade de horários, acumular o cargo político com o cargo efetivo ou em comissão, função ou emprego público. Nesse caso, receberá as duas remunerações. Caso não haja compatibilidade, será afastado do cargo efetivo ou em comissão, função ou emprego público, podendo optar pela remuneração de qualquer um deles.

O art. 38, IV, da CF/88 determina, ainda, que nos **casos de afastamento** do servidor, seu **tempo de exercício no mandato eletivo será contado como tempo de serviço** para todos os efeitos legais, **exceto para promoção por merecimento**. Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

6.8- Regime Jurídico dos Servidores Públicos:

O art. 39, da CF/88 estabelece que cada um dos entes federativos deverá **instituir regime jurídico único** e **planos de carreira** para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações públicas. No âmbito federal, o regime jurídico dos servidores públicos é a Lei nº 8.112/90. Diz-se que os servidores públicos estão submetidos a um regime estatutário.

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará:

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

II - os requisitos para a investidura;

III - as peculiaridades dos cargos.

Assim, em cada nível federativo, os servidores públicos deverão ter sua vida funcional disciplinada pelas mesmas regras, **contidas em lei**. Destaque-se que essa lei deverá ser de **iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo**.

O art. 39, § 1º, CF/88, determina os **aspectos a serem observados** quando da **fixação da remuneração** dos servidores públicos. São eles:

a) A natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira;

b) Os requisitos para a investidura;

c) As peculiaridades dos cargos.

Instituído pela Reforma do Aparelho do Estado, que pretendeu implantar o modelo Gerencial de Administração Pública no Brasil, esse dispositivo visa a garantir uma **maior remuneração aos cargos de maior complexidade e responsabilidade**, bem como àqueles que exigem **maior especialização** como requisito para a investidura. Busca-se, com isso, **garantir a isonomia** na remuneração dos servidores públicos, tratando-se desigualmente os desiguais.

O art. 41, da CF/88 traz regras acerca da **estabilidade dos servidores públicos** e sobre hipóteses de **perda do cargo**.

Art. 41. *São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.*

§ 1º *O servidor público estável só perderá o cargo:*

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

§ 2º *Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.*

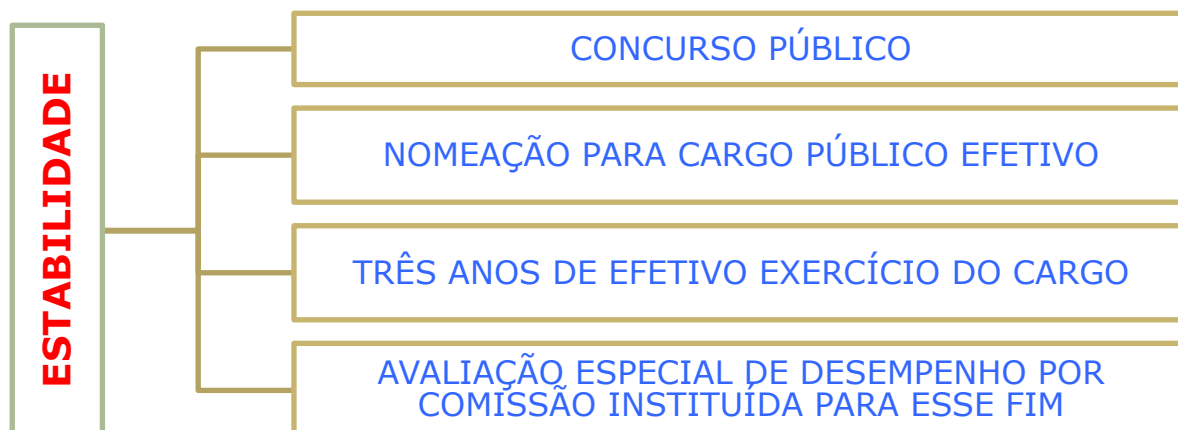
§ 3º *Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.*

§ 4º *Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.*

A estabilidade se aplica aos servidores públicos estatutários **ocupantes de cargos efetivos**. Não cabe falar em estabilidade para servidores ocupantes de cargos em comissão. Para aquisição da estabilidade, são necessários **quatro requisitos**:

- a)** Aprovação em concurso público
- b)** Nomeação para cargo público efetivo.
- c)** 3 (três) anos de efetivo exercício do cargo.

d) Avaliação especial de desempenho por comissão instituída para esse fim (art. 41, § 4º).



O servidor estável somente poderá **perder o cargo** nas hipóteses do art. 41, § 1º e do art. 169, § 3º:

a) Sentença judicial transitada em julgado. Suponha que uma decisão judicial transitada em julgada condene o servidor por improbidade administrativa. Uma das consequências será a perda do cargo público.

b) Processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa. Após um processo administrativo regular, o servidor público que cometeu alguma falta grave poderá ser demitido, perdendo o cargo público.

c) Procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. O servidor também poderá perder o cargo por insuficiência de desempenho.

d) Excesso de despesa com pessoal (art. 169, § 3º). As despesas com pessoal estão limitadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000). Caso esses **limites sejam descumpridos**, o Poder Executivo deverá adotar certas medidas: **i)** redução em pelo menos 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; **ii)** exoneração de servidores não-estáveis. Se essas medidas não forem suficientes, o **servidor estável pode vir a perder o cargo**.

O artigo 41, § 2º trata, ainda, dos institutos da reintegração, recondução, disponibilidade e aproveitamento, aplicáveis unicamente a servidores estáveis.

A **reintegração** é forma de provimento que se aplica quando um **servidor estável é demitido** e, depois, **retorna ao cargo** anteriormente ocupado, por ter sua demissão invalidada por sentença judicial. Suponha, por exemplo, que Mário, servidor estável do INSS, é demitido através de processo administrativo. Após isso, ele ingressa com ação judicial e sobrevém sentença

que invalida a demissão. Mário irá retornar ao seu cargo no INSS: ocorrerá reintegração.

Vamos a outra situação...

Mário, servidor estável do INSS, é demitido por meio de processo administrativo no qual lhe é assegurada ampla defesa. Pedro, servidor do IBAMA, é aprovado no concurso do INSS e nomeado para o cargo antes ocupado por Mário. Após ingressar com ação judicial e passados alguns anos, Mário é reintegrado ao seu cargo no INSS, em virtude de sentença que cancela sua demissão. E o que acontece com Pedro? Pedro, se estável, será **reconduzido ao seu cargo de origem** (o IBAMA).

A **recondução** é, assim, forma de provimento caracterizado pelo **retorno de servidor estável ao seu cargo de origem** em razão de reintegração de servidor que anteriormente ocupava o cargo¹⁶. Destaque-se que não haverá qualquer indenização a Pedro.

Há 2 (duas) outras possibilidades de se resolver a situação de Pedro. A reintegração de Mário poderá ensejar: **i)** o **aproveitamento** de Pedro em outro cargo ou; **ii)** colocação de Pedro **em disponibilidade**, com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Para fixar nosso entendimento, transcrevo novamente o art. 41, § 2º:

*§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele **reintegrado**, e o eventual ocupante da vaga, se estável, **reconduzido** ao cargo de origem, sem direito a indenização, **aproveitado** em outro cargo ou **posto em disponibilidade** com remuneração proporcional ao tempo de serviço.*

O art. 41, § 3º, trata de outra hipótese de disponibilidade de servidor público:

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

A **extinção de cargo público** ou **declaração de sua desnecessidade** ensejará a colocação do servidor estável em disponibilidade, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. Isso ocorrerá, por exemplo, quando um órgão público ou mesmo uma entidade da administração indireta for extinta. O **servidor estável** ficará **em disponibilidade** até que seja aproveitado em outro órgão. Cabe enfatizar que a colocação em disponibilidade é sempre feita com **remuneração proporcional ao tempo de serviço**.

¹⁶ Essa é a única hipótese constitucional de recondução. A Lei nº 8.112/90 estabelece que outra hipótese de recondução é a inabilitação em estágio probatório relativa a outro cargo.

Reintegração	Provimento que ocorre quando o servidor estável DEMITIDO retorna ao cargo anteriormente ocupado, por ter sua demissão invalidada por sentença judicial.
Recondução, aproveitamento e disponibilidade	Se a vaga do reintegrado estiver ocupada por servidor ESTÁVEL , este será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade , com remuneração proporcional ao tempo de serviço
Disponibilidade	Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade , o servidor estável ficará em disponibilidade , com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

6.9 – Estabilidade Extraordinária:

Para maior aprofundamento no tema “estabilidade”, faz-se necessário o estudo do art. 19 do ADCT da Constituição. Segundo o dispositivo, os **servidores públicos civis** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta, autárquica e das fundações públicas, **em exercício na data da promulgação da Constituição, há pelo menos cinco anos continuados**, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no art. 37, da Constituição (ou seja, via concurso público!), são **considerados estáveis no serviço público**. Trata-se da chamada **estabilidade extraordinária** ou excepcional.

Essa estabilidade é diferente daquela prevista no art. 41 da Carta Magna, a chamada estabilidade ordinária. Na ordinária, a estabilidade se dá para servidores investidos em cargos mediante concurso público. Na extraordinária, garante-se aos servidores o exercício das funções públicas que desempenhavam quando da promulgação da CF/88. Esses servidores, para que possam se efetivar, deverão, de qualquer maneira, se submeter a concurso público.

O concurso público é, afinal, a **única forma de investidura em cargo público de provimento efetivo** prevista no ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, entende o STF que são inconstitucionais todas as demais formas de admissão, investidura em cargos públicos ou inserção em carreira daqueles servidores estabilizados na forma do art. 19 do ADCT¹⁷. Por seu caráter didático, vale a leitura da lição da Ministra Carmem Lúcia:

A norma do art. 19 do ADCT da Constituição brasileira possibilita o surgimento das seguintes situações: a) o servidor é estável por

¹⁷ STF, ADI nº 180/RS; RE nº 157214/PA.

força do art. 19 do ADCT e não ocupa cargo de provimento efetivo; **b)** o servidor que se tornou estável nos termos do art. 19 do ADCT ocupa cargo de provimento efetivo após ter sido aprovado em concurso público para o provimento deste cargo; **c)** o servidor ocupa cargo de provimento efetivo em razão de aprovação em concurso público e é estável nos termos do art. 41 da CR. O STF já se manifestou sobre essas hipóteses e, quanto às listadas nos itens a e b, firmou o entendimento de que, independentemente da estabilidade, a efetividade no cargo será obtida pela imprescindível observância do art. 37, II, da CR¹⁸.

Também é elucidativa a lição do Ministro Maurício Corrêa:

*Efetividade e estabilidade. Não há que confundir efetividade com estabilidade. Aquela é atributo do cargo, designando o funcionário desde o instante da nomeação; a estabilidade é aderência, é integração no serviço público, depois de preenchidas determinadas condições fixadas em lei, e adquirida pelo decurso de tempo. Estabilidade: art. 41 da CF e art. 19 do ADCT. A vigente Constituição estipulou duas modalidades de estabilidade no serviço público: a primeira, prevista no art. 41 (...). A nomeação em caráter efetivo constitui-se em condição primordial para a aquisição da estabilidade, que é conferida ao funcionário público investido em cargo, para o qual foi nomeado em virtude de concurso público. A segunda, prevista no art. 19 do ADCT, é um favor constitucional conferido àquele servidor admitido sem concurso público há pelo menos cinco anos da promulgação da Constituição. Preenchidas as condições insertas no preceito transitório, o servidor é estável, mas não é efetivo, e possui somente o direito de permanência no serviço público no cargo em que fora admitido, todavia sem incorporação na carreira, não tendo direito à progressão funcional nela, ou a desfrutar de benefícios que sejam privativos de seus integrantes. O servidor que preencher as condições exigidas pelo art. 19 do ADCT-CF/1988 é estável no cargo para o qual fora contratado pela administração pública, mas não é efetivo. Não é titular do cargo que ocupa, não integra a carreira e goza apenas de uma estabilidade especial no serviço público, que não se confunde com aquela estabilidade regular disciplinada pelo art. 41 da CF. Não tem direito a efetivação, a não ser que se submeta a concurso público, quando, aprovado e nomeado, fará jus à contagem do tempo de serviço prestado no período de estabilidade excepcional, como título.*¹⁹

¹⁸ ADI 114, voto da Rel. Min. Cármen Lúcia, julgamento em 26-11-2009, Plenário, DJE de 3-10-2011.

¹⁹ RE 167.635, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 17-9-1996, Segunda Turma, DJde 7-2-1997.

No que se refere à **contagem do prazo mínimo de cinco anos de exercício** da função antes da promulgação da CF/88 para a aquisição da estabilidade, entende o STF que, **no caso dos professores, breves intervalos nas contratações**, decorrentes mesmo da natureza do serviço (magistério), **não descaracterizam o direito do servidor**.

Também **eventuais faltas ao serviço não obstam** a aquisição da estabilidade extraordinária. Para o STF, a assiduidade absoluta não foi erigida em requisito essencial de estabilidade do art. 19 das Disposições Transitórias²⁰.

A estabilidade extraordinária **não se aplica aos ocupantes de cargos, funções e empregos de confiança ou em comissão**, nem aos que a lei declare de livre exoneração (demissíveis "ad nutum"), conforme disposição do § 2º do art. 19 do ADCT. Também **não se aplica aos professores de nível superior** (ou seja, aos docentes das universidades), nos termos da lei (art. 19, § 3º, ADCT).

6.10 – Regime Previdenciário dos Servidores Públicos:

O artigo 40 da CF/88 trata do **regime previdenciário** aplicável aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações. Esse regime previdenciário **é denominado RPPS** (Regime Próprio de Previdência Social) e **difere do RGPS** (Regime Geral de Previdência Social), aplicável aos trabalhadores celetistas (regidos pela CLT) e aos ocupantes de empregos públicos, cargos em comissão e de funções temporárias.

Que tal lermos, juntos, o "caput" do artigo 40 da Carta Magna?

Art. 40. *Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.*

Depreende-se da leitura do "caput" que o regime tem **caráter contributivo** e **solidário**. É **contributivo** porque contribuem para o financiamento do sistema (por meio de tributos) o **ente público, os servidores ativos e inativos e os pensionistas**. E é, também, **solidário**, pois busca **minimizar a desigualdade social** e garantir a todos os segurados condições dignas de

²⁰ RE 187.955, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 15-10-1999, Primeira Turma, DJ de 5-11-1999.

vida por meio de tributação daqueles que podem arcar com esse ônus, inclusive de aposentados e pensionistas.

No art. 40, § 1º, estão previstas as **hipóteses de concessão de aposentadoria** pelo **regime próprio** dos servidores públicos estatutários. Vamos lê-lo na íntegra?

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições:

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher;

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Existem as seguintes formas de aposentadoria para os servidores públicos estatutários:

a) Aposentadoria por invalidez permanente: O servidor com invalidez permanente irá se aposentar com **proventos proporcionais** ao tempo de contribuição. Caso a invalidez seja decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, a aposentadoria será com **proventos calculados com base nas contribuições do servidor, atualizadas**.

b) Aposentadoria compulsória: O servidor com 70 (setenta) anos de idade será compulsoriamente aposentado, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

c) Aposentadoria voluntária: O servidor poderá se aposentar voluntariamente. Mas para isso deverá possuir tempo mínimo de **10 (dez) anos de efetivo exercício** no serviço público e **5 (cinco) anos de exercício no cargo efetivo** e cumprir os seguintes requisitos

- 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem, e 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher, com **proventos calculados com base nas contribuições do servidor, atualizadas; ou**

- 65 anos de idade, se homem, e 60 anos de idade, se mulher, com **proventos proporcionais** ao tempo de contribuição.

Vale destacar que, os **requisitos de idade e tempo de contribuição** serão **reduzidos em 5 (cinco) anos para o professor** que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. (art. 60, § 5º).

Ademais, a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício (art. 40, § 10).

Aposentadoria por invalidez permanente	Com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, em todos os casos, EXCETO quando a invalidez decorrer de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, NA FORMA DA LEI
Aposentadoria compulsória	Aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição
Voluntária, após o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria	60 anos de idade e 35 anos de contribuição, se homem; 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher; → Proventos calculados com base nas contribuições do servidor, atualizadas → Professor ou professora que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio: tempo de contribuição e idade reduzidos em cinco anos (CF, art. 40, § 5º)
	65 anos de idade, se homem; 60 anos de idade, se mulher; → Proventos proporcionais ao tempo de contribuição

O art. 40, § 2º, CF/88 reza que os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, **não poderão exceder a remuneração** do respectivo servidor, **no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria** ou que serviu de referência para a concessão da pensão. Note que essa vedação **se restringe aos cargos efetivos**. As regras previdenciárias para os comissionados são diferentes, estando estes submetidos ao regime geral de previdência social.

Por sua vez, o art. 40, § 3º, determina que para o **cálculo dos proventos de aposentadoria**, por ocasião da sua concessão, serão **consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições** do servidor aos regimes de previdência próprios dos servidores titulares de cargo efetivo e o art. 201, na forma da lei.

Esse dispositivo foi inserido pela EC nº 41/2003, que **eliminou a aposentadoria com proventos integrais** para os servidores que ingressarem no serviço público após a sua promulgação. Assim, para os servidores que ingressaram no serviço público **após a EC nº 41/2003, não cabe mais falar em aposentadoria com proventos integrais**; para eles, o valor da aposentadoria será baseado na média das remunerações sobre as quais o servidor contribuiu. Os valores dessas remunerações, de acordo com o § 17 do mesmo artigo, serão devidamente atualizados, na forma da lei.

Mesmo com o fim da aposentadoria com proventos integrais, continua válida a regra segundo a qual os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

O art. 40, § 4º, da Carta Magna **veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados** para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime próprio dos servidores titulares de cargo efetivo, **ressalvados**, nos termos definidos em **leis complementares**, os casos de servidores **portadores de deficiência**; que exerçam **atividades de risco** e cujas **atividades sejam exercidas sob condições especiais** que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

Assim, **nessas três situações** (servidores portadores de deficiência, servidores que exerçam atividades de risco e servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física) **admite-se a adoção de requisitos e critérios diferenciados** para a concessão de aposentadoria aos servidores abrangidos pelo RPPS. Esses requisitos e critérios diferenciados devem ser regulados, todavia, por **lei complementar**, a qual ainda não foi editada pelo Congresso Nacional.

Tendo em vista a omissão do Congresso Nacional, foram muitos os mandados de injunção impetrados no STF, nos quais servidores públicos, por exercerem atividades sob condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física, pleitearam **a concessão de aposentadoria especial**. O STF, em inúmeros julgados, decidiu que, para viabilizar o exercício do direito, a autoridade administrativa responsável pela concessão de aposentadoria deveria, por analogia, aplicar o art. 57, da Lei nº 8.213/91 (Regime Geral de Previdência Social), que trata da aposentadoria especial.

Como os casos eram reiterados, o STF formulou a **Súmula Vinculante nº 33**, cujo enunciado deve cair bastante nos próximos concursos:

*"Aplicam-se ao servidor público, no que couber, as **regras do regime geral da previdência social sobre aposentadoria especial** de que trata o artigo 40, § 4º, inciso III da Constituição Federal, **até a edição de lei complementar específica**."*

Em outras palavras, enquanto não for editada lei complementar versando sobre concessão de aposentadoria especial a servidores públicos, a Administração deverá aplicar, por analogia, as regras do RGPS acerca da aposentadoria especial.

O art. 40, § 7º, CF/88, trata da concessão do benefício de **pensão por morte**:

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual:

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito.

A pergunta é a seguinte: **qual o valor do benefício** de pensão por morte?

Depende. Se o **servidor que faleceu já estivesse aposentado**, o valor da pensão por morte será a totalidade dos proventos do servidor falecido, até o teto estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescido de 70% da parcela excedente a esse limite. Se o **servidor que faleceu estivesse em atividade**, o valor da pensão por morte será a totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite estabelecido para os benefícios do RGPS, acrescido de 70% da parcela excedente a esse limite.

**SERVIDOR
APOSENTADO
QUANDO DO
ÓBITO**

• **TOTALIDADE DOS PROVENTOS DO SERVIDOR FALECIDO, ATÉ O TETO ESTABELECIDO PARA OS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL, ACRESCIDO DE 70% DA PARCELA EXCEDENTE A ESSE LIMITE**

**SERVIDOR EM
ATIVIDADE
QUANDO DO
ÓBITO**

• **TOTALIDADE DA REMUNERAÇÃO DO SERVIDOR FALECIDO, ATÉ O TETO ESTABELECIDO PARA OS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL, ACRESCIDO DE 70% DA PARCELA EXCEDENTE A ESSE LIMITE**

O art. 40, §§ 8º, CF/88 garante o **reajustamento dos benefícios** (aposentadoria e pensão por morte) para **preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real**, conforme critérios estabelecidos em lei. A Lei 8.213/91 dispõe sobre esse reajuste.

Sobre os proventos de aposentadoria e pensões concedidos pelo RPPS (Regime Próprio de Previdência Social) que **excederem o limite máximo estabelecido pelo RGPS (Regime Geral de Previdência Social)**, haverá a **incidência de contribuição previdenciária** (art. 40, §18). Em outras palavras, até o teto do RGPS, não há incidência de contribuição previdenciária; ultrapassado esse valor, haverá incidência da contribuição.

Quando o beneficiário de aposentadoria ou pensão for **portador de doença incapacitante**, a **contribuição previdenciária incidirá** somente sobre as parcelas dos proventos de aposentadoria e pensão que **superem o dobro do limite máximo estabelecido para o RGPS** (art. 40, § 21).

Também é relevante comentar sobre a **adoção de regime de previdência complementar**, que é **facultativa** para cada ente federativo. Destaque-se que o regime de previdência complementar é instituído por lei de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo. No âmbito federal, a Lei nº 12.618/2012 **instituiu o regime de previdência complementar** dos servidores públicos federais.

§ 14 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para

os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

§ 16 - Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar.

O §14 estabelece que os entes federativos que **instituem regime de previdência complementar** poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões, o **limite máximo do RGPS**. O §16 garante que a adesão ao regime de previdência complementar será facultativa para os servidores que tenham ingressado no serviço antes da instituição do regime.

Existe, ainda, o chamado **abono de permanência**, regulado pelo art. 40, §19. Esse benefício será concedido aos servidores que tenham cumprido os requisitos para aposentadoria voluntária e **optado por permanecer em atividade**. O abono de permanência é equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória (setenta anos de idade).

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, "a", e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

Por fim, o art. 40, § 20, da CF/88, **veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social** para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal. Essa regra **visa a evitar a criação de regimes próprios favorecidos para determinados cargos**, garantindo a isonomia.



10. (CESPE/TCDF - 2014) Conforme jurisprudência do STF, em respeito ao princípio da isonomia, a administração pública não pode remarcar a data de realização de teste de aptidão física de candidato

impossibilitado, em virtude de problema temporário de saúde certificado por atestado médico, de realizá-lo na data previamente agendada, caso o edital do certame expressamente proíba a remarcação.

Comentários:

De fato, a Corte Suprema entende que os candidatos em concurso público não têm direito à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior, salvo contrária disposição no edital. Questão correta.

11. (CESPE/TJ-CE – 2014) O edital de um concurso público previu, para o teste de aptidão física, a impossibilidade de remarcação da prova em virtude de inaptidão temporária do candidato por problema de saúde, ainda que comprovada mediante atestado médico. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- a) A previsão editalícia em questão fere o princípio da isonomia, devendo haver o direito à remarcação da data da prova para o candidato que comprovar problema temporário de saúde.
- b) Na hipótese em apreço, o edital está de acordo com as normas constitucionais que regem o concurso público, não se podendo alegar ofensa ao princípio da isonomia.
- c) Mesmo que não houvesse previsão expressa no edital, seria impossível a remarcação do teste de aptidão física.
- d) A regulamentação da situação em apreço deveria ser feita por meio de lei e não por meio de edital.
- e) Apesar da previsão contida no edital do referido concurso, o candidato teria direito à remarcação caso se submetesse a uma junta médica, para comprovação de sua inaptidão temporária.

Comentários:

A questão cobra o entendimento do STF de que os candidatos em concurso público não têm direito à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior, salvo contrária disposição no edital. O edital do concurso está, portanto, de acordo com as normas constitucionais, não havendo afronta à isonomia. O gabarito é a letra B.

12. (CESPE/TJ-CE – 2014) A lei deverá reservar parte dos cargos e empregos públicos para afrodescendentes e pessoas portadoras de deficiência.

Comentários:

A Constituição, em seu art. 37, inciso VIII, prevê que “a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão”. Não há previsão semelhante na Carta Magna para afrodescendentes. Questão incorreta.

13. (CESPE/TJ-CE – 2014) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias, exceto entre os cargos do Poder Executivo e do Legislativo.

Comentários:

A Constituição prevê, no inciso XIII do seu art. 37, que “é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público”. Não há exceções. Questão incorreta.

14. (CESPE/TJDF – 2014) Exige-se a edição de lei formal, por cada ente da Federação, para que o nepotismo seja considerado ilícito, bem como para que sua prática seja coibida em cada ente.

Comentários:

O STF entende que a vedação ao nepotismo *independe de previsão por lei formal*, uma vez que decorre dos princípios da moralidade e da impessoalidade, Questão incorreta.

15. (CESPE / TRT 8ª Região - 2013) A CF prevê a possibilidade de acesso a cargos, empregos e funções públicas por estrangeiros.

Comentários:

O art. 37, inciso I, da Constituição, permite, sim, o acesso a cargos, empregos e funções públicas por estrangeiros, na forma da lei. Questão correta.

16. (CESPE / DEPEN - 2013) Cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros.

Comentários:

Os estrangeiros podem, sim, ter acesso a cargos, empregos e funções públicas, na forma da lei (art. 37, I, CF). Questão incorreta.

17. (CESPE / MPOG - 2013) Em regra, a investidura em emprego público não depende da prévia aprovação em concurso público, dado que o regime jurídico aplicável ao caso é o celetista.

Comentários:

É o contrário! A regra é a exigência de aprovação em concursos públicos (art. 37, II, CF). Questão incorreta.

18. (CESPE / TRE-MS - 2013) O prazo de validade do concurso público é fixado pelo órgão que o realiza e pode ser alterado ou prorrogado indefinidamente.

Comentários:

O prazo é definido pelo **edital** do concurso, podendo ser **prorrogado apenas uma vez**, por igual período. A validade é de até dois anos, prorrogável por até mais dois. Questão incorreta.

19. (CESPE / MPU - 2013) É vedada a realização de novo concurso público para o mesmo cargo ou emprego público durante o período de validade de concurso anteriormente realizado.

Comentários:

A Constituição não veda a realização de novo concurso público durante o prazo de concurso anteriormente realizado para o mesmo cargo ou emprego público. Veda apenas a convocação de aprovados nesse novo concurso antes daqueles aprovados no concurso anterior. Questão incorreta.

20. (CESPE / ANS - 2013) Seria compatível com a CF lei federal que estabelecesse a possibilidade de contratação temporária de médicos estrangeiros, por tempo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público.

Comentários:

De fato, isso seria possível. Versa o art. 37, IX, da Constituição que *"a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público"*. Questão correta.

21. (CESPE / MP-PI - 2012) O texto constitucional contempla norma de eficácia plena que garante ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.

Comentários:

Ao militar são vedadas a sindicalização e a greve. Questão incorreta.

22. (CESPE / TJ-RR - 2012) O servidor público civil tem direito à livre associação sindical.

Comentários:

É o que determina o art. 37, VI, da Constituição. Questão correta.

23. (CESPE / DEPEN - 2013) Com relação à greve no serviço público, o STF tem decidido aplicar a legislação existente para o setor privado aos servidores públicos. Entretanto, em razão da índole de suas atividades públicas, o STF decidiu pela inaplicabilidade do direito de greve a certos servidores, como os que exercem atividades relacionadas à manutenção da ordem pública, à segurança pública e à administração da justiça.

Comentários:

É esse o entendimento do STF. Para a Corte, atividades das quais dependam a manutenção da ordem pública e a segurança pública, a administração da Justiça, ou aquelas atividades indelegáveis, como as de exação tributária, bem como as que envolvam saúde pública, não são condizentes com esse direito. Questão correta.

24. (CESPE / TCE-RS - 2013) A vinculação do salário de servidor público ao salário mínimo, para fins de aumento salarial, não ofende o princípio da legalidade.

Comentários:

Há, sim, ofensa à legalidade, uma vez que a Constituição veda essa prática (art. 7º, IV, c/c art. 39, § 3º, CF). Questão incorreta.

25. (CESPE / DEPEN - 2013) O direito dos servidores públicos à greve é garantido na CF nos termos e nos limites definidos em lei específica.

Comentários:

De fato, reza o art. 37, VII, da Constituição que *"o direito de greve será exercido nos termos e nos limites estabelecidos em lei específica"*. Trata-se de norma de eficácia limitada, conforme classificação de José Afonso da Silva. Questão correta.

26. (CESPE / MPOG - 2013) As verbas de caráter indenizatório deverão ser consideradas para efeito do cumprimento do teto constitucional remuneratório dos servidores públicos.

Comentários:

Pelo contrário! Essas verbas são excluídas para efeito do cumprimento do teto constitucional remuneratório dos servidores públicos, por determinação do art. 37, XI, da Constituição. Questão incorreta.

27. (CESPE / TCE-RS - 2013) Os vencimentos dos cargos dos Poderes Executivo e Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

Comentários:

O examinador “trocou as bolas”. O que a Carta Magna prevê é que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo. Questão incorreta.

28. (CESPE / TJ-ES - 2011) A proibição de acumular cargos, empregos ou funções não atinge os empregados de sociedades de economia mista, já que estas são regidas pelas regras do direito privado.

Comentários:

Determina o inciso XVII da Constituição Federal que a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, *sociedades de economia mista*, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público. Questão incorreta.

29. (CESPE / ANCINE - 2012) De acordo com as normas constitucionais, se houver compatibilidade de horários, é possível a acumulação de dois cargos técnicos de natureza administrativa. Em face dessa permissão constitucional, um servidor poderia, por exemplo, exercer o cargo de técnico administrativo na ANCINE e em outro órgão público federal.

Comentários:

A Constituição permite acumular um cargo de professor com outro, técnico-científico. Não há permissão para que se acumule dois cargos de técnico. Questão incorreta.

30. (CESPE / TRT 8ª Região - 2013) A CF veda qualquer possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos.

Comentários:

Há exceções a essa regra. Havendo compatibilidade de horários, a CF/88 permite a acumulação dos seguintes cargos: **i)** dois cargos de professor; **ii)** um cargo de professor com outro técnico ou científico; **iii)** dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. Questão incorreta.

31. (CESPE / TJ-RR - 2012) Servidor público efetivo investido no mandato de prefeito deve ser afastado do cargo, podendo, no entanto, optar por receber a respectiva remuneração.

Comentários:

Segundo o art. 38, II, CF/88, o servidor investido no mandato de Prefeito, **será afastado** do cargo, emprego ou função, sendo-lhe **facultado optar pela sua remuneração**. Questão correta.

32. (CESPE / TRF 2ª Região - 2013) O servidor público investido no mandato de prefeito deverá ser afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe possível cumular os vencimentos, todavia, sempre observando o teto constitucional, ou seja, o subsídio fixado para os ministros do STF.

Comentários:

O erro do enunciado é que o servidor não poderá cumular os vencimentos, mas apenas optar por sua remuneração. Questão incorreta.

33. (CESPE / TRE-MS - 2013) O servidor público que estiver no exercício de mandato eletivo de deputado estadual ficará afastado do seu cargo, desde que haja incompatibilidade de horários entre os dois cargos.

Comentários:

O afastamento se dá em qualquer hipótese, sem se questionar a compatibilidade ou não de horários (art. 38, I, CF). Questão incorreta.

34. (CESPE / IBAMA - 2013) O servidor público que for eleito para o cargo de vereador deverá ficar afastado de seu cargo, emprego ou função.

Comentários:

O servidor, nesse caso, poderá, se houver compatibilidade de horários, acumular o cargo político com o cargo efetivo ou em comissão, função ou emprego público. Questão incorreta.

35. (CESPE / MPU - 2013) A CF, ao indicar o rol de agentes públicos remunerados por subsídio, veda que a remuneração de servidores organizados em carreira seja fixada por meio dessa espécie remuneratória.

Comentários:

A Constituição impõe o pagamento de alguns servidores por meio de subsídio e faculta que os demais sejam remunerados dessa forma, desde que organizados em carreira. Questão incorreta.

36. (CESPE / ANCINE - 2012) Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público adquirem a estabilidade após três anos de efetivo exercício.

Comentários:

É o que versa o art. 41, "caput", da Constituição. Questão correta.

37. (CESPE / Ministério da Saúde – 2013) Os servidores concursados para cargo de provimento efetivo serão considerados estáveis após dois anos de efetivo exercício no cargo.

Comentários:

A estabilidade se dá após três (não dois!) anos de efetivo exercício no cargo. Questão incorreta.

38. (CESPE / DEPEN - 2013) O servidor público estável manterá o vínculo com a administração pública, mesmo que o seu cargo seja extinto.

Comentários:

De fato, extinto o cargo, o servidor público ficará em disponibilidade, mantendo o seu vínculo com a administração pública, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo (art. 41, § 3º, CF). Questão correta.

39. (CESPE / TRT 8ª Região - 2013) Com base nos princípios da universalidade e do direito adquirido, todos os servidores aposentados por invalidez têm direito à aposentadoria com proventos integrais.

Comentários:

Não há aposentadoria com proventos integrais para o servidor que ingressou no serviço público após a EC nº 41/2003. Questão incorreta.

40. (CESPE / TRE-ES - 2011) Em que pese o tratamento diferenciado a que fazem jus em determinadas situações os servidores públicos portadores de deficiência abrangidos pelo regime próprio de previdência, a CF veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria a tais servidores sob o fundamento da manutenção do equilíbrio atuarial do sistema previdenciário público.

Comentários:

A CF/88 permite, sim, a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria nesses casos, nos termos definidos em lei complementar. Questão incorreta.

41. (CESPE / ANS - 2013) Seria inconstitucional lei complementar federal que instituísse requisitos para aposentadoria aplicáveis exclusivamente aos servidores lotados em agências reguladoras.

Comentários:

Aos servidores lotados em agências reguladoras aplica-se o mesmo regime de aposentadoria daqueles lotados na administração direta. Não é possível que lei complementar estabeleça critérios diferenciados para a aposentadoria desses servidores, em obediência ao art. 40, § 4º, da Constituição. Questão correta.

42. (CESPE / CNJ - 2013) Se um servidor público ocupar, em horários compatíveis, dois cargos de professor, ao se aposentar ele deverá optar pela remuneração de um dos cargos, embora haja previsão constitucional acerca de acumulação remunerada de cargos públicos.

Comentários:

Nada disso! O servidor que detiver cargos acumuláveis pela Constituição poderá acumular, também, as respectivas aposentadorias. Questão incorreta.

43. (CESPE / TCE-RN - 2009) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros e aos estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, devendo a investidura em cargo efetivo ocorrer exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

Comentários:

Há dois erros no enunciado:

- Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos **brasileiros** que preencham os requisitos estabelecidos em lei (norma de eficácia contida). Aos estrangeiros, o acesso será **na forma da lei** (norma de eficácia limitada).

- O concurso público poderá ser de **provas** ou de **provas e títulos**. No enunciado, o examinador passou a ideia de que o concurso deveria ter, necessariamente, o exame de títulos, o que está errado.

Por tudo isso, a questão está incorreta.

44. (CESPE / ANAC - 2009) Apenas os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei podem assumir cargos, empregos e funções públicas, os quais não são acessíveis a estrangeiros.

Comentários:

De fato, apenas os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos na lei podem assumir cargos, empregos e funções públicas (art. 37, II, CF). O erro

do enunciado é que os estrangeiros também podem assumi-los, na forma da lei. Questão incorreta.

45. (CESPE / TRE-MA - 2009) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, não havendo qualquer acessibilidade aos estrangeiros.

Comentários:

Os cargos, empregos e funções públicas, havendo lei autorizadora, são, sim, acessíveis aos estrangeiros (art. 37, II, CF). Questão incorreta.

46. (CESPE / TRE-GO - 2009) Os cargos, empregos e funções públicas são vedados aos estrangeiros.

Comentários:

É incrível como o CESPE gosta dessa questão, não é? Os cargos, empregos e funções públicas, havendo lei autorizadora, são, sim, acessíveis aos estrangeiros (art. 37, II, CF). Questão incorreta.

47. (CESPE / CEF-Advogado - 2010) A regra é a admissão de servidor público mediante concurso público. As duas exceções à regra são para os cargos em comissão e a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Nessa segunda hipótese, deverão ser atendidas as seguintes condições: previsão em lei dos cargos; tempo determinado; necessidade temporária de interesse público; e interesse público excepcional.

Comentários:

Questão correta. Fundamento: art. 37, II c/c art. 37, IX, CF.

48. (CESPE / ABIN - 2010) A única exceção ao princípio constitucional do concurso público, que compreende os princípios da moralidade, da igualdade, da eficiência, entre outros, consiste na possibilidade, expressa na CF, de nomeação para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Comentários:

Além dessa exceção, há outra, prevista constitucionalmente: a possibilidade de **contratação por tempo determinado** para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, CF). Questão incorreta.

49. (CESPE / TRE-MA - 2009) O prazo de validade de concurso público é de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.

Comentários:

Dispõe o art. 37, III, da Carta Magna, que o prazo de validade do concurso público é de **até dois anos**, prorrogável uma vez, por igual período. Questão incorreta.

50. (CESPE / DETRAN-DF - 2009) Segundo a CF, as funções de confiança serão exercidas preferencialmente, mas não exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos. Os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

Comentários:

A primeira parte do enunciado está incorreta. Do art. 37, V, da CF/88, depreende-se que as **funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos**. Já a segunda parte está correta. De fato, os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento. Questão incorreta.

51. (CESPE / TRE-GO - 2009) As funções de confiança e os cargos em comissão podem ser exercidos por servidores ocupantes de cargo efetivo ou por pessoas de fora do serviço público.

Comentários:

Determina o art. 37, V, da CF/88, que as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos. Questão incorreta.

52. (CESPE / AGU - 2009) Segundo entendimento do STF, a vedação ao nepotismo não exige edição de lei formal, visto que a proibição é extraída diretamente dos princípios constitucionais que norteiam a atuação administrativa.

Comentários:

De fato, o STF entende que a prática do nepotismo ofende os princípios da **moralidade** e da **impeessoalidade**, devendo a vedação a esta prática ser observada por todos os Poderes da República e por todos os entes da Federação, independentemente de lei formal. Questão correta.

53. (CESPE / IPC-Cariacica - 2007) A contratação temporária ou por tempo determinado pode ser realizada pela administração pública federal dentro dos estritos limites impostos por lei para atender a necessidade transitória de excepcional interesse público.

Comentários:

É o que determina o art. 37, IX, da Carta Magna. Questão correta.

54. (CESPE / TJDF - 2007) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

Comentários:

Cobra-se a literalidade do art. 37, II, da CF/88. Questão correta.

55. (CESPE / ANATEL - 2009) Aos servidores públicos são garantidos o direito à livre associação sindical e o direito de greve, nos termos e limites definidos em lei específica.

Comentários:

Essa foi uma pegadinha do CESPE! O direito de greve dos servidores públicos é norma de eficácia limitada e, portanto, depende de lei regulamentadora. Já o direito à livre associação sindical independe de lei. Logo, a parte final do enunciado ("nos termos e limites definidos em lei específica") só pode ser associada ao direito de greve. Questão incorreta.

56. (CESPE / TJDF - 2007) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

Comentários:

Questão correta. Fundamento: art. 37, VI, CF.

57. (CESPE / TRE-GO - 2009) É vedado ao servidor público civil associar-se a sindicato.

Comentários:

Nada disso! A Constituição assegura esse direito ao servidor em seu art. 37, VI. Questão incorreta.

58. (CESPE / CEF-Advogado - 2010) Por se submeterem a regime jurídico tipicamente privado, os empregados das empresas públicas e

das sociedades de economia mista não estão submetidos ao teto salarial determinado pela CF aos servidores públicos estatutários.

Comentários:

Os empregados públicos submetem-se ao teto geral remuneratório estabelecido pela Constituição, ***caso a pessoa jurídica onde trabalhem receba recursos*** da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. Questão incorreta.

59. (CESPE / TCE-RN - 2009) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não podem ser computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Comentários:

Questão correta. Fundamento: art. 37, XIV, CF/88.

60. (CESPE / MPS - 2010) De acordo com a CF, os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Comentários:

De fato, determina o art. 37, XII, da Constituição, que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo. Questão correta.

61. (CESPE / TRE-MA - 2009) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, em razão da iniciativa privativa de cada poder para dispor a respeito da remuneração de seus servidores.

Comentários:

Nada disso! Determina a Carta Magna (art. 37, XII) que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo. Questão incorreta.

62. (CESPE / MPS - 2010) Para o fim de concessão de acréscimos posteriores, poderão ser computados os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público.

Comentários:

Pelo contrário! O inciso XIV do art. 37 da CF/88 determina que os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores. Questão incorreta.

63. (CESPE / TCU - 2009) A CF exclui, para efeito de teto salarial do funcionalismo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.

Comentários:

De fato, essas parcelas são excluídas do teto do funcionalismo, conforme § 11 do art. 37 da Constituição. Questão correta.

64. (CESPE / TRE-MA - 2009) É proibida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias com vistas à remuneração de pessoal do serviço público.

Comentários:

É o que determina o art. 37, XIII, da Constituição Federal. Questão correta.

65. (CESPE / TRE-GO - 2009) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

Comentários:

É o que estabelece o art. 37, XIII, da Constituição Federal. Questão correta.

66. (CESPE / IPC-Cariacica - 2007) A equiparação ou vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público deve ser alvo de reajuste anual idêntico aplicável a todas as categorias.

Comentários:

De jeito nenhum! A Carta Magna veda a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público (art. 37, XIII, CF). Questão incorreta.

67. (CESPE / STJ - 2008) Caso um servidor público ocupe cargo efetivo cuja remuneração seja composta do vencimento básico somado a uma gratificação de produtividade (X) e, além dessas parcelas, tal servidor faça jus a uma gratificação (Y) que incida sobre o vencimento básico e a gratificação X, não haverá vício de inconstitucionalidade quanto à percepção da gratificação Y.

Comentários:

Até que enfim, uma questão criativa! O inciso XIV do art. 37 da CF/88 determina que os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público **não serão computados nem acumulados** para fins de concessão de acréscimos ulteriores. Isso significa que a gratificação Y jamais poderia incidir sobre a X.

Todas as gratificações deverão incidir sobre o vencimento básico. Questão incorreta.

68. (CESPE/CEF-Advogado - 2010) A CF autoriza a acumulação de dois cargos de médico, sendo compatível, de acordo com a jurisprudência do STF, interpretação ampliativa para abrigar no conceito o cargo de perito criminal com especialidade em medicina veterinária.

Comentários:

Segundo o STF, o art. 37, XVI, "c", CF/88, autoriza a acumulação de dois cargos de médico, ***não sendo compatível interpretação ampliativa*** para abrigar no conceito o cargo de perito criminal com especialidade em medicina veterinária. Questão incorreta.

69. (CESPE / TRE-BA - 2010) A proibição de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Comentários:

O inciso XVII do art. 37 da Constituição determina que a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público. Questão correta.

70. (CESPE / TCE-RN - 2009) A proibição quanto à acumulação remunerada de cargos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, inclusive suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Comentários:

Determina o inciso XVII do art. 37 da Constituição que a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público. Questão correta.

71. (CESPE / Embasa - 2010) A proibição inserta na CF de acumular cargos públicos remunerados não abrange as funções ou cargos das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Comentários:

O inciso XVII do art. 37 da Constituição determina que a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público. Questão incorreta.

72. (CESPE / TRE-MA - 2009) A vedação de acumular dois cargos públicos não abrange empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.

Comentários:

Note como esse assunto é frequentemente cobrado pelo CESPE. Questão incorreta. Fundamento: art. 37, XIII, CF/88.

73. (CESPE / TRE-GO - 2009) A proibição de acumular cargos, prevista na CF, não se estende aos empregos e funções das empresas públicas e sociedades de economia mista.

Comentários:

Isso você não erra nunca mais! Questão incorreta. Fundamento: art. 37, XIII, CF/88.

74. (CESPE / DPU - 2010) Embora seja vedada a acumulação remunerada de cargos, a CF excepciona tal regra em algumas situações, entre as quais o exercício de dois cargos de médico, exceção essa que não alcança os demais profissionais da saúde.

Comentários:

Nada disso! A CF/88 excepciona essa regra para **dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde**, com profissões regulamentadas (art. 37, XVI, "c"). Questão incorreta.

75. (CESPE/2010/MPS) É facultado ao servidor público investido no mandato de vereador optar pela sua remuneração, na hipótese de incompatibilidade de horário.

Comentários:

Reza a Carta Magna (art. 38, III) que o servidor público investido no mandato de **Vereador**, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo. **Não havendo compatibilidade**, poderá **optar pela sua remuneração**, devendo se afastar do seu cargo. Questão correta.

76. (CESPE/2009/ANAC) A União, os estados e o DF manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos

servidores públicos, constituindo a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.

Comentários:

É o que determina o art. 39, § 2º, da Constituição Federal. Questão correta.

77. (CESPE / TCU - 2009) Após a aquisição da estabilidade, o servidor público não pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica.

Comentários:

O servidor estável pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, conforme art. 41, § 1º, da Constituição. Questão incorreta.

78. (CESPE / MPS - 2010) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria ou que servir de referência para a concessão da pensão.

Comentários:

É a literalidade do art. 40, § 2º, CF/88. Questão correta.

79. (CESPE / TRE-MT - 2010) No caso de moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei, o servidor público será aposentado por invalidez permanente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

Comentários:

No caso de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, a aposentadoria será com **proventos integrais**, por determinação do art. 40, § 1º, I, da Constituição Federal. Questão incorreta.

80. (CESPE/2010/TRE-MT) Existe vedação absoluta à percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência próprio.

Comentários:

O art. 40, § 6º, **veda a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência próprio** dos servidores titulares de cargos efetivos, mas excetua as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição. Assim, não se trata de vedação absoluta. Questão incorreta.

81. (CESPE / TRE-MT - 2010) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores públicos civis titulares de cargos efetivos.

Comentários:

De fato, o art. 40, § 20, da CF/88, **veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social** para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal. Questão correta.

82. (CESPE / ABIN - 2010) De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), podem ser estabelecidos, por meio de lei complementar, requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria dos servidores públicos portadores de deficiência.

Comentários:

É o que determina o art. 40, § 4º, I, da Constituição Federal. Questão correta.

7- Administração Tributária:

O artigo 37, XVIII, da Constituição, estabelece que a **administração fazendária e seus servidores fiscais** terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, **precedência sobre os demais setores administrativos**, na forma da lei.

Esse artigo ressalta a importância da Administração Tributária e de seus servidores para o Estado brasileiro, por serem eles os responsáveis pela arrecadação de recursos indispensáveis à sua manutenção. No inciso XXII são assegurados, inclusive, **recursos prioritários para a Administração tributária**, podendo ser assegurados até mesmo por vinculação de receitas de impostos:

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

8- Contrato de Gestão:

O contrato de gestão, também denominado acordo-programa, foi uma das **inovações trazida pela EC nº 19/98**, que buscou implementar no Brasil a denominada administração gerencial. Está intimamente relacionado ao **princípio da eficiência** na Administração Pública.

O contrato de gestão é um **ajuste** firmado **entre órgãos** da Administração direta, **entre um órgão e entidade da Administração indireta** ou **entre um órgão e entidade paraestatal**, qualificada como organização social. Por meio do contrato de gestão, o Poder Público **fixa metas de desempenho** para o órgão ou entidade com quem foi celebrado o ajuste.

Vejamos, agora, o que dispõe o art. 37, § 8º, CF/88 sobre o contrato de gestão:

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal.

Os **objetivos do contrato de gestão variam**, conforme se trate de **pacto firmado no âmbito da Administração** ou **entre a Administração e as entidades paraestatais** (organizações sociais).

No primeiro caso, objetiva-se **aumentar a autonomia** gerencial, operacional e financeira do órgão ou entidade da Administração, de modo a permitir-lhe atingir as metas estabelecidas no acordo. Cabe destacar que as autarquias ou fundações públicas que celebrarem contrato de gestão com o Poder Público serão qualificadas como **agências executivas**, cumpridos os requisitos legais.

No segundo caso, o efeito é contrário: visa-se **aumentar o controle** sobre as entidades paraestatais, que passam a obedecer a algumas regras de regime jurídico público. Assim, **restringe-se a autonomia** da entidade privada. Por meio do contrato de gestão celebrado com entidades paraestatais, o **Poder Público transfere a prestação de determinados serviços públicos**, não exclusivos de Estado.

A doutrina faz algumas **críticas ao instituto** do acordo-programa. A principal delas se refere à impossibilidade de celebração de contrato pela Administração Direta com seus próprios órgãos, por serem estes desprovidos de personalidade jurídica. Outra crítica importante é que o contrato não é lei e, portanto não seria instrumento hábil para ampliar a autonomia financeira e orçamentária dos órgãos ou entidades que o firmarem.

9- Obrigatoriedade de Licitação:

A Constituição, como forma de proteger os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e probidade, determinou a **obrigatoriedade de licitação**. Trata-se de **procedimento formal**, disciplinado em lei, de observância obrigatória para as **aquisições do Poder Público** (obras, serviços, compras). O art. 37, XXI, da Constituição Federal, determina que:

***XXI** - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

A obrigatoriedade da licitação, decorrente do princípio da **indisponibilidade do interesse público**, visa garantir à Administração a **proposta mais vantajosa**, possibilitando que todos ofereçam seus bens e serviços aos órgãos estatais. Busca-se, com isso, impedir conluíus entre agentes públicos e terceiros, que acarretam negócios desfavoráveis para a Administração, ou, ainda, favoritismos ou perseguições, que não se coadunam com o princípio da igualdade. Destaca-se, porém, que a Carta Magna permite que alguns casos excepcionais sofram ressalva na legislação. Como se trata de situações excepcionais, as hipóteses em que a licitação é afastada compõem um rol taxativo na legislação, em respeito ao caráter finalístico da norma constitucional.

10- Improbidade Administrativa:

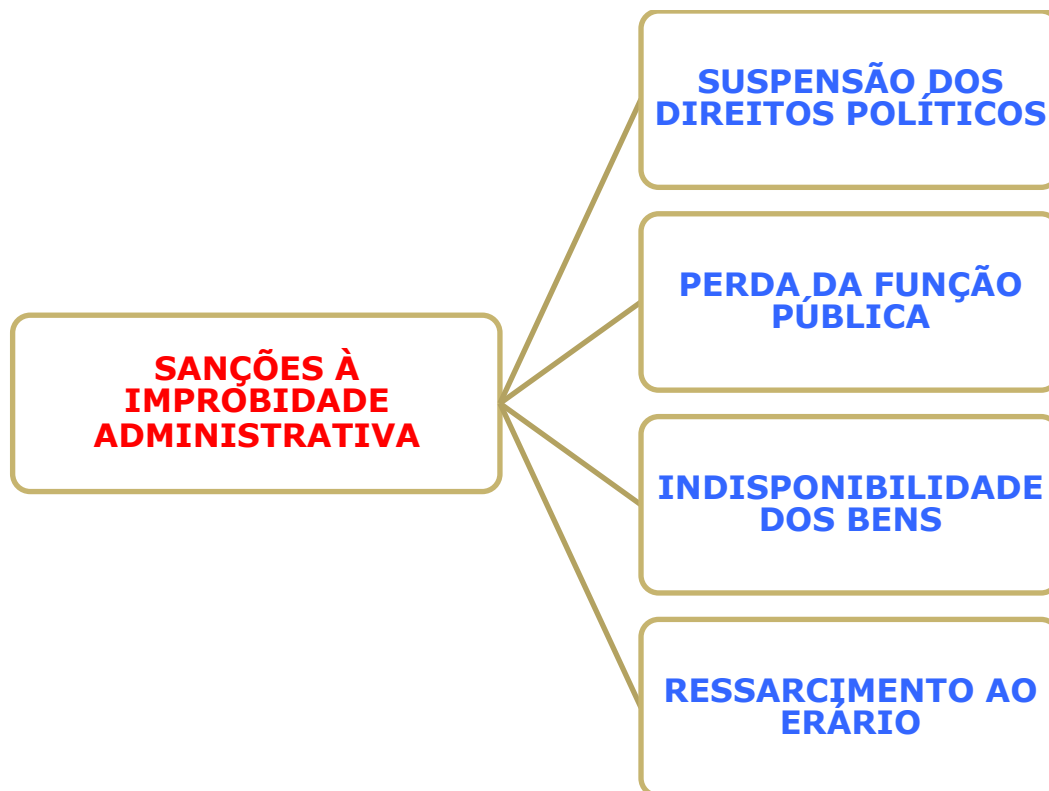
Os atos de improbidade administrativa possuem **natureza civil** e são tipificados em **lei federal** (Lei nº 8.429/92). Caracterizam-se por ferirem, direta ou indiretamente, os princípios da administração pública, por uma conduta imoral do agente público, que visa ou obter vantagens materiais indevidas ou gerar prejuízos ao patrimônio público. Vejamos o que determina a Carta da República, no art. 37:

***§ 4º** Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.*

Os **atos de improbidade administrativa** podem ser de três tipos: **i)** atos que importam **enriquecimento ilícito**; **ii)** atos que causam **prejuízo ao**

Erário e; **iii)** atos que **atentam contra os princípios da Administração Pública**. As sanções a eles aplicáveis são determinadas pela Lei 8.429/92.

No que se refere a esse tema, a cobrança mais comum é o tipo de penalidade a eles aplicável:



11- Responsabilidade Civil do Estado:

A responsabilidade do Estado é **extracontratual** e de **natureza civil**. É extracontratual porque **não tem amparo em um contrato**; é civil porque consiste em uma **obrigação de indenizar** por um dano causado.

A responsabilidade civil do Estado é **objetiva**, o que quer dizer que este terá a obrigação de indenizar os danos que seus agentes, atuando nessa qualidade, produzirem **independentemente de terem agido com dolo ou culpa**. É exatamente isso o que dispõe o art. 37, § 6º, CF/88:

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Adota-se, no Brasil, a chamada **teoria do risco administrativo**. As pessoas jurídicas de direito público e as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos terão a **obrigação de reparar os danos** que seus

agentes, atuando nessa qualidade, produzirem a terceiros, **independentemente de dolo ou culpa**.

O princípio da responsabilidade objetiva **não tem caráter absoluto**, podendo haver **atenuação** ou até mesmo **exclusão** da responsabilidade civil do Estado em algumas situações.

Segundo a teoria do risco administrativo, a obrigação do Estado de indenizar estará afastada diante de **excludentes de responsabilidade**, quais sejam: **i) culpa exclusiva da vítima**; **ii) caso fortuito** ou **força maior** e; **iii) fato exclusivo de terceiros**. Cabe destacar que, quando a culpa da vítima for concorrente com a do agente público, a responsabilidade do Estado será mitigada, repartindo-se o "*quantum*" da indenização.

É relevante assinalar que o art. 37, § 6º, faz menção ao "**direito de regresso**" do Estado. O direito de regresso é exercido pela Administração Pública mediante ação judicial (denominada ação regressiva) contra o agente público que deu causa ao dano, caso este tenha agido com **dolo ou culpa**.

Suponha, por exemplo, que um motorista de ônibus de passageiros (funcionário de uma concessionária de serviço público) esteja trafegando em velocidade superior à máxima permitida para a via. Em razão disso, ocorre um acidente e o ônibus colide com 2 (dois) automóveis, causando-lhes grandes prejuízos. A empresa de transporte (concessionária de serviço público) **terá que indenizar** os particulares em virtude da responsabilidade civil objetiva do Estado. Todavia, **cabará ação regressiva** contra o motorista, em razão de este ter agido com imprudência (ou seja, ter tido culpa).



83. (CESPE / MP-PI - 2012) Os atos de improbidade administrativa praticados por agentes públicos geram como consequências a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Comentários:

Questão correta. Fundamento: art. 37, § 4º, CF.

84. (CESPE / PRF - 2013) Conforme o STF, a responsabilidade civil das empresas prestadoras de serviço público é objetiva, mesmo em relação a terceiros não usuários do serviço público.

Comentários:

De fato, é esse o entendimento do Pretório Excelso. As empresas prestadoras de serviço público, como, por exemplo, uma concessionária do serviço de transporte público, têm responsabilidade civil objetiva. Questão correta.

85. (CESPE / TJDFT - 2007) Os servidores fiscais da administração fazendária terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

Comentários:

É o que determina o art. 37, XVIII, da Constituição. Trata-se do direito de precedência dos servidores fiscais. Questão correta.

86. (CESPE / ABIN - 2010) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta pode ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.

Comentários:

Segundo o art. 37, § 8º, a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante **contrato**, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a **fixação de metas de desempenho** para o órgão ou entidade. Questão correta.

87. (CESPE / TCE-RN - 2009) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.

Comentários:

É o que determina o art. 37, § 8º, da Constituição. Questão correta.

88. (CESPE / TRE-GO - 2009) As autarquias serão criadas por decreto presidencial específico, que será submetido ao Congresso Nacional para apreciação.

Comentários:

Nada disso! As autarquias são criadas por lei específica (art. 37, XIX, CF). Questão incorreta.

89. (CESPE / DPU - 2010) Os atos de improbidade administrativa importam a suspensão dos direitos políticos, a perda da função

pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Comentários:

O enunciado é cópia do art. 37, § 4º, da CF/88. Questão correta.

90. (CESPE / MPS - 2010) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros, sendo assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Comentários:

É o que determina o art. 37, § 6º, da Constituição Federal. Questão correta.

91. (CESPE / TCU - 2009) Está expresso na CF que as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos e as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, restando assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.

Comentários:

Também nos casos de **culpa** pode ser exercido o direito de regresso contra o responsável. Questão incorreta.

Lista de Questões

1. (CESPE/TJ-CE – 2014) Somente por lei complementar poderão ser criadas autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista e fundação.
2. (CESPE / TRE-RJ - 2012) Alguns dos princípios que regem a administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, como, por exemplo, o da legalidade e o da impessoalidade, estão expressamente previstos na CF, ao passo que outros, como o da moralidade, constituem princípios implícitos.
3. (CESPE / DEPEN - 2013) O princípio da eficiência, que se caracteriza como um princípio implícito, não está previsto expressamente na CF.
4. (CESPE / TRT 8ª Região - 2013) Os princípios constitucionais explícitos da administração pública não se aplicam às sociedades de economia mista, haja vista que elas são formadas pela conjugação de capital público e privado.
5. (CESPE / DPE-PI - 2009) Os princípios constitucionais da administração pública são vetores de observância obrigatória pela União, pelos estados, pelo DF e pelos municípios, funcionando como parâmetros de comportamento tanto para o Poder Executivo quanto para os Poderes Legislativo e Judiciário de todas as esferas de governo.
6. (CESPE / BB Cert. - 2010) O princípio da legalidade expressa-se por meio da autonomia da vontade, o que significa dizer que só é permitido fazer o que a lei não proíbe.
7. (CESPE / BB Cert. - 2010) A impessoalidade é atributo a ser observado em relação aos administrados e à própria administração. Nesse último caso, os atos administrativos são imputáveis ao funcionário, e não ao respectivo órgão da administração.
8. (CESPE / BB Cert. - 2010) De acordo com o princípio da eficiência, deve prevalecer, no setor público, o controle do resultado, sendo irrelevante atender às necessidades dos usuários ou clientes.
9. (CESPE / ABIN - 2010) A administração pública deve obedecer a vários princípios expressos na CF, como o da legalidade e da impessoalidade, e, ainda, a princípios implícitos ao texto constitucional, tais como o do interesse público, que é fundamental à discussão no âmbito da administração.
10. (CESPE/TCDF - 2014) Conforme jurisprudência do STF, em respeito ao princípio da isonomia, a administração pública não pode

remarcar a data de realização de teste de aptidão física de candidato impossibilitado, em virtude de problema temporário de saúde certificado por atestado médico, de realizá-lo na data previamente agendada, caso o edital do certame expressamente proíba a remarcação.

11. (CESPE/TJ-CE – 2014) O edital de um concurso público previu, para o teste de aptidão física, a impossibilidade de remarcação da prova em virtude de inaptidão temporária do candidato por problema de saúde, ainda que comprovada mediante atestado médico. Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- a) A previsão editalícia em questão fere o princípio da isonomia, devendo haver o direito à remarcação da data da prova para o candidato que comprovar problema temporário de saúde.
- b) Na hipótese em apreço, o edital está de acordo com as normas constitucionais que regem o concurso público, não se podendo alegar ofensa ao princípio da isonomia.
- c) Mesmo que não houvesse previsão expressa no edital, seria impossível a remarcação do teste de aptidão física.
- d) A regulamentação da situação em apreço deveria ser feita por meio de lei e não por meio de edital.
- e) Apesar da previsão contida no edital do referido concurso, o candidato teria direito à remarcação caso se submetesse a uma junta médica, para comprovação de sua inaptidão temporária.

12. (CESPE/TJ-CE – 2014) A lei deverá reservar parte dos cargos e empregos públicos para afrodescendentes e pessoas portadoras de deficiência.

13. (CESPE/TJ-CE – 2014) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias, exceto entre os cargos do Poder Executivo e do Legislativo.

14. (CESPE/TJDF – 2014) Exige-se a edição de lei formal, por cada ente da Federação, para que o nepotismo seja considerado ilícito, bem como para que sua prática seja coibida em cada ente.

15. (CESPE / TRT 8ª Região - 2013) A CF prevê a possibilidade de acesso a cargos, empregos e funções públicas por estrangeiros.

16. (CESPE / DEPEN - 2013) Cargos, empregos e funções públicas não são acessíveis aos estrangeiros.

17. (CESPE / MPOG - 2013) Em regra, a investidura em emprego público não depende da prévia aprovação em concurso público, dado que o regime jurídico aplicável ao caso é o celetista.

- 18. (CESPE / TRE-MS - 2013) O prazo de validade do concurso público é fixado pelo órgão que o realiza e pode ser alterado ou prorrogado indefinidamente.**
- 19. (CESPE / MPU - 2013) É vedada a realização de novo concurso público para o mesmo cargo ou emprego público durante o período de validade de concurso anteriormente realizado.**
- 20. (CESPE / ANS - 2013) Seria compatível com a CF lei federal que estabelecesse a possibilidade de contratação temporária de médicos estrangeiros, por tempo determinado, para atender a necessidades temporárias de excepcional interesse público.**
- 21. (CESPE / MP-PI - 2012) O texto constitucional contempla norma de eficácia plena que garante ao servidor público civil e militar o direito à livre associação sindical.**
- 22. (CESPE / TJ-RR - 2012) O servidor público civil tem direito à livre associação sindical.**
- 23. (CESPE / DEPEN - 2013) Com relação à greve no serviço público, o STF tem decidido aplicar a legislação existente para o setor privado aos servidores públicos. Entretanto, em razão da índole de suas atividades públicas, o STF decidiu pela inaplicabilidade do direito de greve a certos servidores, como os que exercem atividades relacionadas à manutenção da ordem pública, à segurança pública e à administração da justiça.**
- 24. (CESPE / TCE-RS - 2013) A vinculação do salário de servidor público ao salário mínimo, para fins de aumento salarial, não ofende o princípio da legalidade.**
- 25. (CESPE / DEPEN - 2013) O direito dos servidores públicos à greve é garantido na CF nos termos e nos limites definidos em lei específica.**
- 26. (CESPE / MPOG - 2013) As verbas de caráter indenizatório deverão ser consideradas para efeito do cumprimento do teto constitucional remuneratório dos servidores públicos.**
- 27. (CESPE / TCE-RS - 2013) Os vencimentos dos cargos dos Poderes Executivo e Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.**
- 28. (CESPE / TJ-ES - 2011) A proibição de acumular cargos, empregos ou funções não atinge os empregados de sociedades de economia mista, já que estas são regidas pelas regras do direito privado.**
- 29. (CESPE / ANCINE - 2012) De acordo com as normas constitucionais, se houver compatibilidade de horários, é possível a**

acumulação de dois cargos técnicos de natureza administrativa. Em face dessa permissão constitucional, um servidor poderia, por exemplo, exercer o cargo de técnico administrativo na ANCINE e em outro órgão público federal.

30. (CESPE / TRT 8ª Região - 2013) A CF veda qualquer possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos.

31. (CESPE / TJ-RR - 2012) Servidor público efetivo investido no mandato de prefeito deve ser afastado do cargo, podendo, no entanto, optar por receber a respectiva remuneração.

32. (CESPE / TRF 2ª Região - 2013) O servidor público investido no mandato de prefeito deverá ser afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe possível cumular os vencimentos, todavia, sempre observando o teto constitucional, ou seja, o subsídio fixado para os ministros do STF.

33. (CESPE / TRE-MS - 2013) O servidor público que estiver no exercício de mandato eletivo de deputado estadual ficará afastado do seu cargo, desde que haja incompatibilidade de horários entre os dois cargos.

34. (CESPE / IBAMA - 2013) O servidor público que for eleito para o cargo de vereador deverá ficar afastado de seu cargo, emprego ou função.

35. (CESPE / MPU - 2013) A CF, ao indicar o rol de agentes públicos remunerados por subsídio, veda que a remuneração de servidores organizados em carreira seja fixada por meio dessa espécie remuneratória.

36. (CESPE / ANCINE - 2012) Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de aprovação em concurso público adquirem a estabilidade após três anos de efetivo exercício.

37. (CESPE / Ministério da Saúde - 2013) Os servidores concursados para cargo de provimento efetivo serão considerados estáveis após dois anos de efetivo exercício no cargo.

38. (CESPE / DEPEN - 2013) O servidor público estável manterá o vínculo com a administração pública, mesmo que o seu cargo seja extinto.

39. (CESPE / TRT 8ª Região - 2013) Com base nos princípios da universalidade e do direito adquirido, todos os servidores aposentados por invalidez têm direito à aposentadoria com proventos integrais.

40. (CESPE / TRE-ES - 2011) Em que pese o tratamento diferenciado a que fazem jus em determinadas situações os servidores públicos

portadores de deficiência abrangidos pelo regime próprio de previdência, a CF veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria a tais servidores sob o fundamento da manutenção do equilíbrio atuarial do sistema previdenciário público.

41. (CESPE / ANS - 2013) Seria inconstitucional lei complementar federal que instituísse requisitos para aposentadoria aplicáveis exclusivamente aos servidores lotados em agências reguladoras.

42. (CESPE / CNJ - 2013) Se um servidor público ocupar, em horários compatíveis, dois cargos de professor, ao se aposentar ele deverá optar pela remuneração de um dos cargos, embora haja previsão constitucional acerca de acumulação remunerada de cargos públicos.

43. (CESPE / TCE-RN - 2009) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis aos brasileiros e aos estrangeiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, devendo a investidura em cargo efetivo ocorrer exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

44. (CESPE / ANAC - 2009) Apenas os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei podem assumir cargos, empregos e funções públicas, os quais não são acessíveis a estrangeiros.

45. (CESPE / TRE-MA - 2009) Os cargos, os empregos e as funções públicas são acessíveis apenas aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, não havendo qualquer acessibilidade aos estrangeiros.

46. (CESPE / TRE-GO - 2009) Os cargos, empregos e funções públicas são vedados aos estrangeiros.

47. (CESPE / CEF-Advogado - 2010) A regra é a admissão de servidor público mediante concurso público. As duas exceções à regra são para os cargos em comissão e a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. Nessa segunda hipótese, deverão ser atendidas as seguintes condições: previsão em lei dos cargos; tempo determinado; necessidade temporária de interesse público; e interesse público excepcional.

48. (CESPE / ABIN - 2010) A única exceção ao princípio constitucional do concurso público, que compreende os princípios da moralidade, da igualdade, da eficiência, entre outros, consiste na possibilidade, expressa na CF, de nomeação para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

49. (CESPE / TRE-MA - 2009) O prazo de validade de concurso público é de até um ano, prorrogável uma vez, por igual período.

- 50. (CESPE / DETRAN-DF - 2009) Segundo a CF, as funções de confiança serão exercidas preferencialmente, mas não exclusivamente por servidores ocupantes de cargos efetivos. Os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira, nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.**
- 51. (CESPE / TRE-GO - 2009) As funções de confiança e os cargos em comissão podem ser exercidos por servidores ocupantes de cargo efetivo ou por pessoas de fora do serviço público.**
- 52. (CESPE / AGU - 2009) Segundo entendimento do STF, a vedação ao nepotismo não exige edição de lei formal, visto que a proibição é extraída diretamente dos princípios constitucionais que norteiam a atuação administrativa.**
- 53. (CESPE / IPC-Cariacica - 2007) A contratação temporária ou por tempo determinado pode ser realizada pela administração pública federal dentro dos estritos limites impostos por lei para atender a necessidade transitória de excepcional interesse público.**
- 54. (CESPE / TJDF - 2007) A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.**
- 55. (CESPE / ANATEL - 2009) Aos servidores públicos são garantidos o direito à livre associação sindical e o direito de greve, nos termos e limites definidos em lei específica.**
- 56. (CESPE / TJDF - 2007) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.**
- 57. (CESPE / TRE-GO - 2009) É vedado ao servidor público civil associar-se a sindicato.**
- 58. (CESPE / CEF-Advogado - 2010) Por se submeterem a regime jurídico tipicamente privado, os empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista não estão submetidos ao teto salarial determinado pela CF aos servidores públicos estatutários.**
- 59. (CESPE / TCE-RN - 2009) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não podem ser computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.**
- 60. (CESPE / MPS - 2010) De acordo com a CF, os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.**

- 61. (CESPE / TRE-MA - 2009) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo, em razão da iniciativa privativa de cada poder para dispor a respeito da remuneração de seus servidores.**
- 62. (CESPE / MPS - 2010) Para o fim de concessão de acréscimos posteriores, poderão ser computados os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público.**
- 63. (CESPE / TCU - 2009) A CF exclui, para efeito de teto salarial do funcionalismo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei.**
- 64. (CESPE / TRE-MA - 2009) É proibida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias com vistas à remuneração de pessoal do serviço público.**
- 65. (CESPE / TRE-GO - 2009) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.**
- 66. (CESPE / IPC-Cariacica - 2007) A equiparação ou vinculação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público deve ser alvo de reajuste anual idêntico aplicável a todas as categorias.**
- 67. (CESPE / STJ - 2008) Caso um servidor público ocupe cargo efetivo cuja remuneração seja composta do vencimento básico somado a uma gratificação de produtividade (X) e, além dessas parcelas, tal servidor faça jus a uma gratificação (Y) que incida sobre o vencimento básico e a gratificação X, não haverá vício de inconstitucionalidade quanto à percepção da gratificação Y.**
- 68. (CESPE/CEF-Advogado - 2010) A CF autoriza a acumulação de dois cargos de médico, sendo compatível, de acordo com a jurisprudência do STF, interpretação ampliativa para abrigar no conceito o cargo de perito criminal com especialidade em medicina veterinária.**
- 69. (CESPE / TRE-BA - 2010) A proibição de acumular cargos públicos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.**
- 70. (CESPE / TCE-RN - 2009) A proibição quanto à acumulação remunerada de cargos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, inclusive suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.**

- 71. (CESPE / Embasa - 2010) A proibição inserta na CF de acumular cargos públicos remunerados não abrange as funções ou cargos das empresas públicas e sociedades de economia mista.**
- 72. (CESPE / TRE-MA - 2009) A vedação de acumular dois cargos públicos não abrange empregados de empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público.**
- 73. (CESPE / TRE-GO - 2009) A proibição de acumular cargos, prevista na CF, não se estende aos empregos e funções das empresas públicas e sociedades de economia mista.**
- 74. (CESPE / DPU - 2010) Embora seja vedada a acumulação remunerada de cargos, a CF excepciona tal regra em algumas situações, entre as quais o exercício de dois cargos de médico, exceção essa que não alcança os demais profissionais da saúde.**
- 75. (CESPE/2010/MPS) É facultado ao servidor público investido no mandato de vereador optar pela sua remuneração, na hipótese de incompatibilidade de horário.**
- 76. (CESPE/2009/ANAC) A União, os estados e o DF manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira.**
- 77. (CESPE / TCU - 2009) Após a aquisição da estabilidade, o servidor público não pode perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica.**
- 78. (CESPE / MPS - 2010) Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria ou que servir de referência para a concessão da pensão.**
- 79. (CESPE / TRE-MT - 2010) No caso de moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei, o servidor público será aposentado por invalidez permanente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.**
- 80. (CESPE/2010/TRE-MT) Existe vedação absoluta à percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência próprio.**
- 81. (CESPE / TRE-MT - 2010) É vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores públicos civis titulares de cargos efetivos.**
- 82. (CESPE / ABIN - 2010) De acordo com a Constituição Federal de 1988 (CF), podem ser estabelecidos, por meio de lei complementar,**

requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria dos servidores públicos portadores de deficiência.

83. (CESPE / MP-PI - 2012) Os atos de improbidade administrativa praticados por agentes públicos geram como consequências a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

84. (CESPE / PRF - 2013) Conforme o STF, a responsabilidade civil das empresas prestadoras de serviço público é objetiva, mesmo em relação a terceiros não usuários do serviço público.

85. (CESPE / TJDFT - 2007) Os servidores fiscais da administração fazendária terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

86. (CESPE / ABIN - 2010) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta pode ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.

87. (CESPE / TCE-RN - 2009) A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.

88. (CESPE / TRE-GO - 2009) As autarquias serão criadas por decreto presidencial específico, que será submetido ao Congresso Nacional para apreciação.

89. (CESPE / DPU - 2010) Os atos de improbidade administrativa importam a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

90. (CESPE / MPS - 2010) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros, sendo assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

91. (CESPE / TCU - 2009) Está expresso na CF que as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos e as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, restando assegurado o direito de regresso contra o responsável apenas nos casos de dolo.



1.	INCORRETA
2.	INCORRETA
3.	INCORRETA
4.	INCORRETA
5.	CORRETA
6.	INCORRETA
7.	INCORRETA
8.	INCORRETA
9.	CORRETA
10.	CORRETA
11.	LETRA B
12.	INCORRETA
13.	INCORRETA
14.	INCORRETA
15.	CORRETA
16.	INCORRETA
17.	INCORRETA
18.	INCORRETA
19.	INCORRETA
20.	CORRETA
21.	INCORRETA
22.	CORRETA
23.	CORRETA
24.	INCORRETA
25.	CORRETA
26.	INCORRETA
27.	INCORRETA
28.	INCORRETA
29.	INCORRETA
30.	INCORRETA
31.	CORRETA
32.	INCORRETA
33.	INCORRETA
34.	INCORRETA
35.	INCORRETA
36.	CORRETA
37.	INCORRETA
38.	CORRETA
39.	INCORRETA
40.	INCORRETA

41.	CORRETA
42.	INCORRETA
43.	INCORRETA
44.	INCORRETA
45.	INCORRETA
46.	INCORRETA
47.	CORRETA
48.	INCORRETA
49.	INCORRETA
50.	INCORRETA
51.	INCORRETA
52.	CORRETA
53.	CORRETA
54.	CORRETA
55.	INCORRETA
56.	CORRETA
57.	INCORRETA
58.	INCORRETA
59.	CORRETA
60.	CORRETA
61.	INCORRETA
62.	INCORRETA
63.	CORRETA
64.	CORRETA
65.	CORRETA
66.	INCORRETA
67.	INCORRETA
68.	INCORRETA
69.	CORRETA
70.	CORRETA
71.	INCORRETA
72.	INCORRETA
73.	INCORRETA
74.	INCORRETA
75.	CORRETA
76.	CORRETA
77.	INCORRETA
78.	CORRETA
79.	INCORRETA
80.	INCORRETA
81.	CORRETA
82.	CORRETA
83.	CORRETA
84.	CORRETA
85.	CORRETA
86.	CORRETA
87.	CORRETA

88.	INCORRETA
89.	CORRETA
90.	CORRETA
91.	INCORRETA